

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**COLAPSO DO ESTADO NA GUINÉ-BISSAU OU A OUTRA FACE
DE QUALQUER ESTADO DE DIREITO?**

José Fernandes Júnior

Porto Alegre, 2009

José Fernandes Júnior

Colapso do Estado na Guiné-Bissau ou a outra face de qualquer Estado de Direito?

Monografia Apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em Ciências
Sociais

Orientador: Prof. Dr. José Carlos dos Anjos

Porto Alegre, Julho de 2009

Banca Examinadora:

Prof. Luis Dario Ribeiro - UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Cepik – UFRGS

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

DEDICATÓRIA

Aos que estiveram acompanhando a minha trajetória acadêmica, principalmente a minha família. Para a minha mãe Maria Arces, meu pai Quintino José Fernandes a minha madrasta Maria de Fátima, aos meus tios, Ucannuthassar, M̂coy, Bongho. Aos meus irmãos, Fendjo, Zi, Tânia Bertchila, Virginia, em especial a minha falecida irmã, Augusta. Aos primos e primas, Yuba, Djone, Kolbi, Edson, Adjedje, Samora, To, a Alexiana, Valia, Nunubeti.

AGRADECIMENTOS

Pelo espaço concedido para agradecimento, fica difícil enumerar as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que esse trabalho pudesse ser concretizado. Por isso, enumero aqui aqueles que estiveram mais presente para que esse sonho se tornasse possível. Em primeiro lugar, agradeço ao professor José Carlos dos Anjos, pela paciência e compreensão, principalmente nos momentos que eu demonstrei dúvida sobre a concretização do trabalho em tão pouco tempo. Pelo rigor científico e consciente na produção do trabalho. Com um enfoque que busca desvelar os mecanismos que tendem a permanecer ocultos aos olhos de um simples leitor. Mais uma vez, o meu muito obrigado. Em segundo lugar agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelo espaço concedido para que eu pudesse concretizar esse projeto, aos professores e colegas Brasileiros da faculdade.

O meu agradecimento também vai para os colegas Africanos que estiveram presentes também nessa caminhada, aos Guineenses, Cabo Verdianos, Senegaleses, São Tomenses, Angolanos, Moçambicanos, Congolese, etc. Ao amigo Ericksson que pelo limite do tempo, conseguiu fornecer os dados que complementaram na conclusão do trabalho. Um muito obrigado ao amigo e colega Lito Nunes Fernandes que dedicou o seu tempo, mesmo no processo de apresentação do seu projeto de conclusão, conseguiu dar apoio moral e propôs uma discussão que contribuíram também para acrescentar mais dados ao trabalho. E por último, e não menos importante, a minha futura esposa, Cécilia Cecília Santos Chilaúle, que nas caladas do dia ou da noite, soube ser sempre incentivadora para que esse meu/nosso sonho pudesse se concretizar.

RESUMO

O presente trabalho pretende fazer uma análise do colapso do Estado na Guiné-Bissau, evidente no conflito político-militar que desembocou no assassinato do presidente da República em 2009. O propósito do trabalho foi o de tomar a situação da Guiné-Bissau como modelo de convívio entre Estado de Direito e Estado de exceção como regra. No Estado guineense os conflitos político-militares tenderam a se acirrar com a nova onda de democratização da década de 90. Enquanto, muitos países da África, América Latina e Europa, com uma longa tradição de regimes autoritários enveredaram pelo caminho da democracia a Guiné-Bissau entrou em um processo de colapso estatal. Com base na análise de discurso, o trabalho busca expor à gramática subjacente a argumentação da continuidade da ordem democrática apesar do golpe; as expressões de perplexidade da imprensa internacional diante do “golpe de Estado” sem golpe à democracia, do assassinato ao Presidente da República por militares permanecendo intocada a “ordem democrática”, serão analisadas no contexto lógico e ontológico dos Estados de Direito na modernidade.

Palavras Chave: Guiné-Bissau, Colapso do Estado, Estado de Exceção.

RÉSUMÉ

Ce travail pretend faire une analyse Du colaps de l'état de La Guinée Bissau , qui est evident au conflit politique-militaire de l'assassina du président de La République em 2009. Ce travail se propose de prendre la situation de la Guinée Bissau comme un modèle de cohabitation entre l'état de droit et l'état de l'exception comme règle. Dans l'état guinéen les conflits politique-militaire tendent a s'établir avec la nouvelle vague de democratization des années 90. Au moment où plusieurs pays de l'Afrique, de l'Amérique Latine et de l'Europe avec une longue tradition de regimes autoritaires prennent le chemin de la démocratie, la Guinée Bissau entre dans un processus de colaps de l'état. Prenant comme base l'analyse du discours, ce travail cherche a exposer la grammaire qui sous-tendent a l'argumentation de continuité de l'ordre démocratique malgré le coup, les expressions de la presse internacional devant « le coup d'état » sans coup á la démocratie, de l'assassina du president de la republique par les militaires, l'ordem democratique continue reste intact. Ces situations seront analysées dans le contexte logique et ontologique des états de droit dans la modernité.

Mots clés : Guinée Bissau, colaps de L'état, Etat de L'excection

ÍNDICE

1.INTRODUÇÃO.....	8
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3. GUINÉ-BISSAU: CONTEXTO HISTÓRICO.....	19
3.1 As Etapas da Evolução Política do Estado Guineense e as raízes Históricas do Surgimento de Conflitos	20
3.2 Do Período Colonial ao Processo de Independência em 1973/74.....	24
3.3 O Período da Construção do Estado 1973- 1980	25
3.4 Do Monopartidarismo a Abertura Política 1980-1994	26
3.5 Da Primeira Eleição Livre e Multipartidária, ao Conflito Político Militar 1994-1998..	28
3.6 Pós conflito político militar em 1998, ao assassinato do Presidente Nino Vieira em 2009...30	
4. DO COLAPSO ESTATAL AO ESTADO DE EXCEÇÃO	39
5. CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
ANEXOS.....	52

Tabela

Tabela 1. Períodos de tentativas e realização de golpes, prisões e assassinatos.....	37
--	----

1. INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura globalizada, a inserção dos Estados africanos no sistema internacional tem vindo a ser incrementada. A chamada comunidade internacional tem pressionado os Estados africanos no sentido do respeito aos princípios democráticos. Nem por isso, são sensíveis os indicadores de que a violência política tem vindo a decrescer na maior parte dos países africanos. É certo que, em alguns países africanos, a conquista do espaço político por parte de alguns setores da sociedade civil pode ser verificada nas últimas décadas.

Não é o caso da Guiné-Bissau onde a participação nos espaços de decisão político tem sido monopolizada por uma elite político-militar. Persistem conflitos que ainda tendem a debilitar as estruturas de um sistema estatal que por ser importado e imposto de forma culturalmente deslocado já por si só está fragilizado no seu funcionamento. Na Guiné-Bissau pós-independência, tem-se assistido momentos conturbados de conflito, tendo como principais protagonistas o governo em confronto/cumplicidade com militares. Mergulhado num profundo processo de crise, repleto de golpes de Estado, incitação de conflito étnico, assassinatos, perseguição e ameaças de morte a jornalistas. Todos esses fatores contribuíram para a desestabilização do processo de consolidação da democracia e da construção de um Estado de direito, culminado no colapso do Estado e suas implicações em termos de conflitos étnicos.

Portanto, o presente trabalho pretende fazer uma análise do conflito político militar guineense e suas implicações étnicas no processo da construção de um Estado Democrático de Direito. A construção do Estado na Guiné-Bissau teve ao longo do período da sua existência idas e vindas para se firmar como uma instituição capaz de levar adiante o processo de desenvolvimento socioeconômico e político cultural do país. Os conflitos tenderam a se acirrar com a nova onda de democratização da década de 90. Enquanto, muitos países da África, América Latina e Europa, com uma longa tradição de regimes autoritários enveredaram pelo caminho da democracia, o que Huntington (1994) chamou de democracia da “terceira onda” teve um efeito paradoxal de acirramento inesperado de conflitos político-militares na Guiné-Bissau.

As experiências de transição política, que no caso Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe significaram a institucionalização de sistemas de eleições livres e

pluripartidárias, marcando assim, um recomeço para essas ex-colônias portuguesas na democratização dos espaços de poder, desembocaram, na Guiné-bissau, em um processo de colapso estatal. Talvez haja uma relação entre o fato de Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe serem considerados como casos típicos de sucesso do pluralismo político nas ex-colônias portuguesas e o fato de não terem conhecido em seus territórios lutas de libertação nacional (Jauará, 2004). Nos outros casos (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique), a proeminência militar na paisagem política permanece persistente. Essa é uma dimensão da hipótese que pretendo explorar adiante, para o caso da Guiné-Bissau.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho será analisar o momento de crise política militar até 2009, as dimensões étnicas do colapso do Estado guineense e as ações empreendidas pelos militares para restabelecer a “ordem democrática”.

No entanto, para alcançar o objetivo geral será necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos:

- (i) Contextualizar os momentos de crise política que marcaram a sociedade guineense,
- (ii) Investigar mais detalhadamente o desempenho político de uma elite de militares no assassinato do presidente da república em 2009;

Teoricamente, este trabalho vai ao encontro da literatura multidisciplinar da ciências sociais e relações internacionais. Tomando como base de análise *a teoria da etnização da política* como processo de constituição de grupos de interesses baseados em cadeias de lealdades étnicas Glazer e Moynihan (1975, apud Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-fenart,1998) e de Estado de exceção encontrado em Agambem (2004), pretendo demonstrar que a Guiné-Bissau eleva ao paroxismo um princípio subjacente ao Estado de Direito: o fato de que a instalação da ordem democrática baseia-se em golpes de força com dimensões étnico-raciais latentes. Análises baseadas sobre os conceitos de quase-Estado e do colapso do Estado propostos por Jackson(1990) e Zartman(1995) estarão articulados ao que Badie e Hermet (1993) analisam como dinâmicas órfãs, a instabilidade do processo de Estados importados e instalados em um ambiente onde as demandas internas pelo controle das esferas públicas são institucionalizadas em processos controlados por dinâmicas de lealdades personalizadas.

A partir do recorte empírico do assassinato do Presidente da República da Guiné-Bissau em 2009, pretendo estabelecer algumas diretrizes que possam dar sustentação a argumentação de que o Estado guineense entrou em colapso. A metodologia é qualitativa com base em análise de discursos e análise bibliográfica. A realização do plano de recolha de dados ficou limitada pelo tempo de estudo, pela distância e pelos impasses na circulação de informações gerados pelo conflito. O material a ser utilizado nesse trabalho foi coletado na internet, sobretudo no site virtual da biblioteca do Instituto Nacional Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP), nos jornais locais do país, Jornal Nô Pintcha, Banobero, Diário de Bissau, Diário de Notícias. Também foi explorando a rede prévia de contatos pessoais; foram realizadas entrevistas curtas por telefone com moradores da cidade de Bissau através da internet.

Será utilizado o método de análise do discurso para expor a gramática subjacente a argumentação da continuidade da ordem democrática apesar do golpe; as expressões paradoxais de golpe de Estado sem golpe à democracia, do assassinato ao Presidente da República por militares permanecendo intocada a “ordem democrática”, serão analisadas no contexto lógico e ontológico dos Estados de Direito na modernidade tardia. A análise de discurso é técnica mais apropriada à análise de tais paradoxos discursivos presentes nos comentários proferidos por autoridades guineenses. O modo como às autoridades guineenses justificam a idéia de que o assassinato do Presidente por militares é apenas um incidente ou acidente que em nada afeta o curso democrático do país pode ser analisado como locus de exposição dos fundamentos ocultos de qualquer ordem democrática moderna: a violência latente que na forma de golpes de decretos, que não se expõem como golpes, sustentam as instituições do Estado de Direito. Esse princípio se estende nesse caso à violência que mutila o corpo do presidente da República, mas deixa a ordem legal intacta. Propomos-nos a fazer uma contextualização da forma como se desencadearam os acontecimentos que culminaram na declaração pelos militares de que a ordem constitucional não foi ferida apesar do assassinato do presidente da República por militares, pois esse “homem [o presidente] estancava tudo nesse país”.

Neste sentido, o trabalho vai partir da seguinte hipótese:

- (i) O assassinato do Presidente da República em 2009 expõe o colapso do Estado de direito na Guiné-Bissau.
- (ii) Os conflitos da guerrilha da luta de libertação nacional persistem clivando o aparelho burocrático do estado guineense pós-independente.
- (iii) A Guiné-Bissau é um país onde cadeias de lealdades étnicas são acionadas como estratégias para conquista militar do poder de Estado.

Um estudo desta natureza justifica-se na medida em que a Guiné-Bissau vem sendo palco de sucessivos conflitos político-militares. O país passou por um processo de transição política que instituiu o Estado-nação. Desde a abertura política na década de 1990, três grandes conflitos político-militares desestabilizaram o processo de consolidação de um sistema pluripartidário. O país tenta se firmar como um Estado de direito democrático, e ao mesmo tempo as elites político-militares recorrem com frequência a ações que de longe se parecem mais com lutas de gangues urbanas por poder e controle do Estado. Essas lutas acabam por acionar lealdades étnicas num ambiente marcado pela proeminência de grupos de elites heterogêneas na origem e trajetória política. Os vários grupos étnicos, durante a luta de libertação nacional encontraram no Partido Africano Independência Guiné e Cabo Verde (PAIGC) uma ferramenta de um ideal nacionalista unificador. No período pós-independência assisteu-se a uma disputa de elites que usam a etnicidade como pretexto para reivindicar e concorrer por posições de poder.

Os recentes acontecimentos que marcaram a vida política social da sociedade guineense são fatores em evidência para trazer para a nossa análise e tentar explicar nos 36 anos da independência da Guiné-Bissau, a forma como ainda persistem conflitos e assassinatos com implicações étnicas. Num ambiente onde perseguição a membros dos órgãos de comunicação social e a contenção forçada de manifestações públicas são rotineiros é improvável que um governo possa se firmar como uma entidade una e capaz de conciliar a diversidade na unidade de um Estado-nação. Mas se impõe, pelo receituário internacional, que o Estado se apresente na performance de um Estado de Direito.

Nesse contexto em que as discussões acerca dos moldes de construção de nação estão ainda em um processo inacabado, a importação dos novos modelos de Estado e a sua estrutura burocrática administrativa tenderia, por assim dizer, a acirrar mais a disputa no campo político de construção de um Estado-Nação. É importante realçar que, embora, negligenciada pelos próprios atores políticos, a heterogeneidade da sociedade guineense foi sempre marcada por questões étnicas que viriam a interferir ou a serem acionados na vida política da Guiné-Bissau.

Assim, segundo Gonzaléz (1996) estaríamos perante uma crise de tradição na África. Pois, os novos Estados-nações não se adaptaram perante a configuração que a sociedade africana proporciona através da sua diversidade étnica (Gonzaléz, 2006). Se ela foi incorporada, foi através de uma parcela urbana da sociedade africana formado por grupos de interesses e mediadores, e porque não, colaboradores do período colonial, enquanto que a outra parte, ou seja, a camada rural ainda reluta em aceita-la. Essa perspectiva de abordagem pode ser considerada por alguns africanistas em relação à tradição, que no ocidente, costuma ser identificada como sendo de um processo imóvel, instável, conservador, estagnação, opondo-se dessa forma ao dinamismo, avanço e a transformação inerente à idéia da modernidade (Mbokolo, 2003).

Para isso, Macedo (2008) apud Lopes (1994) na sua obra “*A pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos*” alega que existem três tendências principais dessa abordagem. A primeira delas estaria ligada com o período da dominação colonial europeia e recebe o nome de *corrente da inferioridade africana*. A segunda tendência de abordagem, predominante principalmente entre os anos 1960-1990, nasceu no bojo do processo de descolonização e construção dos Estados contemporâneos africanos. Por oposição à tendência anterior, muitas das vezes esta segunda corrente é por vezes chamada “*corrente de superioridade africana*”.

A terceira e última abordagem, ganhou corpo durante os anos 90 e resulta da produção de conhecimento de intelectuais formados no próprio continente africano. Suas interpretações pretendem superar as mazelas do eurocentrismo e do afrocentrismo. O objetivo foi o estabelecimento de um conhecimento que respeite as particularidades, um conhecimento menos preocupado em detectar traços gerais que, no final das contas é onde se alojam os prejulgamentos e os preconceitos. (Macedo, p.14-19).

Com base nisso, o trabalho se aproxima da terceira linha de abordagem e não se

pretende questionar a existência de Estados na História da África, ou simplesmente reduzir a análise as questões étnicas, mas, evidenciar na atual configuração política internacional, a importância de se ter um Estado-nação capaz de se fortalecer como instituição soberana do país a nível nacional e internacional perante as demandas de uma sociedade cada vez mais globalizada e competitiva.

Portanto, o trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro traz a introdução e a definição do problema, os objetivos, a metodologia, hipóteses e a importância do tema investigado. O segundo capítulo trata do referencial teórico, trazendo para a análise as visões teóricas sobre o conceito de colapso de Estado e quase-Estado. Ainda nesse capítulo, será feita a análise das implicações étnicas desse processo. O terceiro capítulo aborda a contextualização da história da Guiné-Bissau, a evolução política, os conflitos e os protagonistas implicados nesse processo. No quarto capítulo será feita a análise da situação do Estado de exceção, e do colapso do Estado na Guiné Bissau, concluindo com a evidência da instauração do Estado de exceção no seu mais alto desempenho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para a análise teórica de um contexto de Estado importado marcado por crise políticas e conflitos com implicações étnicas, o conceito de colapso do Estado de Zartman (1995) e quase-estado de Jackson (1990), serão pertinentes. Na sociedade guineense, heterogênea na sua constituição, o Estado encontra dificuldades para a sua legitimidade. O Estado de direito zelando pelos princípios democráticos através de golpes esporádicos e latentes (Agambem, 2004) classificável como sendo um Estado de exceção que se torna regra é bem o caso da Guiné-Bissau.

Exploro a possibilidade de que o caso da Guiné-Bissau seja o caso internacional mais propício para os objetivos e hipóteses pretendidos por Agambem (2004). O caso da Guiné-Bissau pós-independente é agravado em sua dimensão de violência extra-legal sob Estado de Direito pelo fato das cadeias de lealdades étnicas serem mobilizadas para sustentarem governos civis e facções militares. Países onde o Estado não se enraíza numa tradição, onde o Estado não teve um percurso longo de existência, conseguem implantá-lo efetivamente logo após um longo período de guerra? Essa é uma questão de fundo que exigiria situar de novo o conceito de Estado segundo a partir da definição clássica de Max Weber.

A definição do Estado varia de acordo com a perspectiva adotada, mas se assemelha no poder monopolizador ao executar uma das suas principais funções, que é organizar a coação. Weber (1989), define o Estado como uma comunidade humana que reclama com êxito para si o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um território determinado com limites determinados. Segundo a definição de Weber, é pertinente indagar se existe um Estado na Guiné-Bissau?

Se formos analisar a atuação das elites políticas e militar que lutam pela conquista do poder e controle do Estado na Guiné-Bissau, encontramos pelo menos em parte, que ela existe segundo os princípios jurídicos, por outro lado, verifica-se que não há êxito no monopólio do uso legítimo da força física, quando uma parte do exército pode assassinar o presidente e outra se apresentar em público para sugerir que “um grupo de militares cometeram o crime, mas haverá averiguações”. Se membros de elite do exército atuam fisicamente contra o corpo do representante do executivo e o caso é enquadrado no interior da ordem legal o conceito de coincidência entre Estado de sítio e

Estado de direito de Agamben (2004) seria propício para caracterizar o Estado de exceção como a regra.

Agamben (2004), na sua obra Estado de Exceção nos mostra a grande contradição que existe pelo fato dos regimes democráticos contemporâneos se orientarem de forma cada vez mais rotineira no exercício de sua prática política, por uma lógica de decretos-lei do executivo, que é somente identificável com formas totalitárias de práticas governamentais. Assim, segundo Agamben (2004), Zartman (1995) e Jackson (1990), se pode sintetizar que o Estado é uma instituição política e social organizada que se funda na lei máxima (constituição escrita), com um governo, um povo e um território que representa a forma máxima de organização humana, mas que precisa ser fundado na violência que o instala. No caso da Guiné-Bissau é a constante reinstalação imposta pelas cadeias étnico militares de lealdade que expõe o fundamento invisível do Estado.

Por isso, o conceito de quase-estado nas acepções de Jackson (1990), e de colapso do Estado de Zartman (1995), torna-se pertinente para a análise neste trabalho. Pois, para Jackson (1990), embora esse fenômeno não se apresente particularmente numa única região ou continente do globo, a presença dos quase-estados e as situações em que o Estado entra em colapso encontra o maior número de casos e diversidade no continente africano.

O conceito de quase-estado se define como um construto jurídico, em que o Estado existe aparentemente, como uma criação fictícia, não chegando ainda ao estágio do exercício eficiente do que se entende como um Estado (Jackson, 1990). O autor faz uso do conceito de Berlin (1981) de liberdade negativa e liberdade positiva. Apresentando assim, a distinção entre o que chamou de soberania positiva baseada numa condição de existência empírica do Estado e a soberania negativa baseada, ao contrário, numa condição de existência apenas jurídica do Estado. Como garantia de seu reconhecimento a nível internacional, os quase-Estados gozam dos mesmos direitos e responsabilidade que quaisquer outros estados soberanos, possuem uma forma jurídica como um ator constituído pela comunidade internacional. O que os diferencia dos demais, são os aspectos domésticos: a falta de legitimidade interna do poder ou governo, o que explica uma falha nas características institucionais de um Estado soberano.

Na mesma linha de raciocínio, Zartman (1995) entende o Estado em colapso como um estado inoperante, paralisado e sem a capacidade de tomada de decisões. As leis não são mais cumpridas, a ordem não é mais preservada e a coesão social não é mais possível. O Estado já não exerce as funções para as quais foi designado, deixando de funcionar política, social e economicamente como uma entidade una (Zartman, 1995). Com o colapso do Estado na Guiné-Bissau verificar-se-á na dinâmica do Estado a atuação da elite política militar que recorre à mobilização de lealdades étnicas para a conquista do poder e controle do Estado. Pode-se nesse caso falar em Estado de Direito, quando o Estado mesmo está em colapso? No presente estudo segue-se a hipótese de que na situação de Estado em colapso, às dimensões ontológicas do Estado de Direito, como fundamentado por um Estado de exceção latente ficam mais visíveis.

Recorre-se ainda a Poutignat e Streiff-Fenart (1998), que analisaram à etnicidade como expressão de interesses comuns. Esses autores basearam suas argumentações nas teorias instrumentalistas e mobilizacionistas de Glazer e Moynihan (1975), para evidenciar que as situações em que grupos com base em sentimentos de pertencimento étnicos, são imbuídos do sentimento de compartilhamento de interesses, que existem para exercer uma influência nas políticas sociais e econômicas. Esses grupos se tornam focos efetivos de mobilização para a realização de objetivos políticos concretos (Glazer e Moynihan, 1975).

A etnicidade é vista como uma solidariedade de grupos emergentes em situações de interesses matérias e políticos comuns (Poutignat, Streiff-Fenart, 1998). O caso da Guiné-Bissau nos apresenta esse cenário. A formação de cadeias de lealdades étnicas durante o período de crise política militar e pós-conflito é sempre evidente. Particularmente, durante o governo do Kumba Yala, a Guiné-Bissau apresentou um quadro onde se pode verificar a prevalência da etnia *Balanta*¹ nos aparelhos burocráticos do Estado. O governo do ex-presidente Kumba Yala que assumiu o poder em 2000, fez questão de proclamar a prevalência da etnia Balanta a qual ele pertencia.

¹ Balanta ou Brassá é o grupo étnico majoritário na Guiné Bissau. Tiveram um papel importante na Luta de Libertação Nacional. No período pós-independência os membros dessa etnia se sentiram excluídas da atividade político e cargos administrativos do governo. Por isso, nas eleições de 1999, o Líder do Partido da Renovação Social (PRS), Kumba Yala, lançou mão ao discurso de cunho étnico para alavancar votos e realçar o sentimento de patriotismo dos balantas e da forma como foram injustiçados em exercerem atividade relacionada com a vida pública administrativa do estado.

Com o fim do domínio português na Guiné-Bissau, a grande tarefa da jovem nação guineense era reconstruir e reforçar as infra-estruturas e instituições políticas. Carentes de uma estrutura sólida e consolidada capaz de levar adiante o projeto de um desenvolvimento social, econômico, político e cultural, e a preocupação inicial dos idealizadores da nova sociedade africana, particularmente da Guiné-Bissau, era atenuar o impacto da proposição fundamental de que “os homens competem para merecerem a atenção do Estado ou pelo controle do mesmo” (Jauara, 2004).

A concepção do Estado formulada pelas elites da Guiné-Bissau, bem como dos primeiros Estados africanos independentes, parte da própria realidade por eles vivida na época colonial. Deste modo, agregam-se conseqüências de relações de dependência de ordem econômica, política e militar, acabando por se tornar naquilo que se pode chamar de Estados Periféricos (Badie e Hermet, 1993).

Pode-se discutir a tese dos autores, de que as culturas nativas na África e na Ásia, não tenham nenhuma afinidade com a concepção estatal de ordem política. Mas, com efeito, se pode verificar com frequência, nessas regiões que o Estado acaba perdendo a sua legitimidade, ao mesmo tempo em que se arrisca a fracassar na sua tentativa de penetrar em âmbitos sociais por não ser atendido e nem compreendido. Dessa forma, o Estado Periférico se prende entre duas lógicas: uma dinâmica externa que sustenta as relações de dependência e submete seu funcionamento as exigências internacionais, e uma dinâmica interna cujo objetivo é evitar a perigosa degradação da relação entre governantes e governados.

No caso específico da Guiné-Bissau, não foi diferente, pois as elites políticas simplesmente se readaptaram ao novo modelo de desenvolvimento e importação do estado disseminado pelas potências estrangeiras colonizadoras, isto é, Portugal, Inglaterra, França. Modelos estes, que encontraram numa sociedade africana heterogênea e especificamente a guineense na sua constituição social, situações adversas para a sua consolidação. Assim sendo, o Estado guineense incapaz de se afirmar no ambiente político nacional, se legitima juridicamente como membro da comunidade internacional perante um movimento de transformações impulsionadas pela onda massiva da globalização.

Por isso, as respostas encontradas não pretendem esgotar a análise pretendida, mas são pertinentes para direcionar os objetivos propostos no contexto de uma

sociedade onde grupos de interesses lançam mão de um dispositivo de mecanismos de lealdades étnicas como ferramentas de controle do poder do Estado, e pelo fato do recente acontecimento que marcaram a vida política guineense, isto é, o assassinato do Presidente da República, João Bernardo Nino Vieira (Cabi), e do Chefe de Estado general das Forças Armadas, Baptista Tagme na Waié.

3. GUINÉ-BISSAU: CONTEXTO HISTÓRICO

A Guiné-Bissau ocupa uma área total de 36.125km², com uma população de 1.600.000 milhões de habitantes (Unctad, 2005), com uma grande diversidade de mais de 20 grupos étnicos. Os grupos mais representativos são os Balantas (30% da população), os Fulas (20%), os Mandjacos (14%), Mandingas (13%) seguido dos Papéis (7%)² e Europeus menos de (1%)³. Além do território continental, o país integra ainda cerca de noventa (90) ilhas e ilhéus que constituem o Arquipélago dos Bijagós, dos quais somente 17 delas são habitadas, separado do Continente pelos canais do rio Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque.

Um dos 54 países do continente Africano, localizada na costa ocidental da África, estendendo-se, no litoral desde o Cabo Roxo até a ponta Cagete, fazendo fronteira a norte com o Senegal, a este e sudeste com a Guiné Conackry e a sul e oeste com o Oceano Atlântico, a Guiné-Bissau fora uma das ex-colônias do império Português. Embora independente desde 1973-74⁴, o país ainda enfrenta grandes dilemas sociais com a inexistência de infra-estruturas e de instituições políticas do estado capazes de levar o processo de desenvolvimento social, econômico e político cultural do país. Nos últimos anos, a Guiné-Bissau se tornou um país onde as crises políticas sociais e econômicas do Estado, se apresentam mais acentuadas por causa da falta do controle das instituições do governo na gerência de bens públicos, que possa permitir uma maior estabilidade e respeito aos princípios democráticos.

² Existe uma grande disparidade entre os dados citados acima da população Guineense e da sua composição étnica. O instituto de estatística e Censo da Guiné-Bissau (INEC), iniciou um processo de recenseamento geral da população e Habitação em 1 de março do corrente ano. Teve o seu percurso interrompido por causa do assassinato do Presidente da República, mas as atividades foram retomadas logo depois de certa estabilidade no país, com o processo em fase de conclusão.

³ Ver- www.stat-guine-bissau.com

⁴ A proclamação da República foi feita em 1973, mas foi reconhecido formalmente pelo governo Português em 1974 após o derrube do regime Salazarista.

3.1 As Etapas da Evolução Política do Estado Guineense e as raízes Históricas do Surgimento de Conflitos

Esta seção vai se focar na evolução política do Estado guineense e as razões históricas do surgimento de conflitos. Desde o período colonial, passando pela independência e da construção do Estado. Da abertura política a realização das primeiras eleições presidenciais, a Guiné tem passado por conflitos político militares que envolvem cadeias de lealdades étnicas culminando no recente assassinato do presidente da república, e do chefe general das forças armadas.

Durante séculos, os colonizadores europeus invadiram e consolidaram os seus domínios no continente africano. Invasão essa que se deu pela procura de matérias primas, de trocas comerciais, tendo o continente africano como um espaço promissor, um novo mercado a ser explorado. Aquilo que era visto como uma extensão de relações comerciais, ganhou contornos maiores e consequências drásticas para a humanidade.

O impacto desse contorno, se materializou na escravização dos africanos. A Conferência de Berlim (1884-1854) se tornou o ponto crucial que transformou a estrutura das sociedades africanas em todos os aspectos: económico-social, político e cultural. A sobreposição de estruturas institucionais tradicionais e aquelas importadas do Ocidente pode ser o princípio de incrementação de conflitos étnicos que ainda tendem a resistir e persistir na vida social de diferentes países africanos.

O objetivo da conferência de Berlim foi de dividir o continente africano entre as partes presentes na reunião, Inglaterra, Alemanha, França, Portugal. Dada a correlação de forças entre as grandes potências ser desfavorável a Portugal, este acabou por conservar a sua autoridade territorial apenas na Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé Príncipe (Lopes, 1970). Um encontro que foi importante para as potências colonizadoras, desestruturante e impactante, na vida do continente africano. As manifestações e ações contra o governo colonial foram constantes já no período da ocupação, e intensificaram ainda mais no período pós-segunda guerra mundial através do processo de emancipação e transformação no sistema mundial desencadeado noutras latitudes.

Tais manifestações contra o jugo colonial ganharam forças a nível internacional pelas reivindicações de movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos, a derrota do

fascismo, o processo de descolonização na Ásia, ou seja, era um período de transformação no sistema mundial. Os principais líderes africanos resolveram conjugar esforços para levar adiante esse processo no continente africano. Os líderes africanos, sejam elites burguesas ou chefes tradicionais, começaram a ganhar consciência ao longo do período da colonização, nos quais tiveram um papel importante na liberalização dos países africanos do domínio colonial. As ações de descolonização foram feitas de diferentes modos, seja por negociação com as ex-metropoles, ou pela via empreendida de guerrilha armada que é o caso da Guiné-Bissau, Angola, Moçambique nas ex-colônias portuguesas.

A Guiné-Bissau como a maioria dos países africanos esta composta por uma variedade de grupos étnicos. No entanto, sempre existiu um clima de trocas comerciais, solidariedade entre esses diversos grupos.

Na tentativa de situar a origem ou o germe dos conflitos no país, argumenta-se que os mesmos intensificaram-se na época da luta armada como uma estratégia do governo colonial português, com o objetivo de tentar desestabilizar as estratégias da luta armada liderada pelo Partido Africano Independência Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Conflitos de natureza da conquista de espaço territorial ou de disputas em termos religiosos, da imposição e assimilação cultural, faziam parte do percurso da vida política, social e econômico cultural. A lógica empreendida pelos colonialistas encontrada em outras latitudes se fez presente também no continente africano para concretizar os seus objetivos: dividir para reinar. Os colonialistas constataram que o povo guineense unido através da mobilização do Partido Africano Independência da Guiné e Cabo Verde estava avançando harmonicamente rumo à independência nacional. Embora existissem divergências entre os membros do partido revolucionário, foram resolvidas na base de diálogos e nos congressos, apelando à unidade nacional em busca de um objetivo comum, traçando na luta os caminhos para a libertação do povo da Guiné e Cabo Verde do jugo colonial. Então, os “*tugas*”⁵ inteligentemente se aproveitaram dessa situação para semear brigas e provocar confusões entre os diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau. Essa questão resulta fundamental na morte de Amílcar

⁵ TUGAS, corresponde a denominação que recebia os colonizadores portugueses por parte dos Guineenses

Cabral, assassinado pelos próprios guineenses, fruto da estratégia do governo colonial português. Assassinato que por sinal, ainda persiste na memória coletiva do povo guineense e que esta em volta de mistério até hoje, pois os verdadeiros culpados nunca foram encontrados. O movimento nacionalista que fazia frente ao Partido Africano Independência de Guiné e Cabo Verde, a Frente de Libertação Nacional Guineense (FLING), União dos Povos da Guiné (UPG), com um discurso nacionalista voltado aos guineenses de origem, ou seja, aos verdadeiros filhos da terra, tornaram possíveis às investidas dos *tugas* em ver concretizadas os seus planos.

A camada Cabo Verdiana era o que mais tinha possibilidade de estudar, e os guineenses reivindicavam esse privilégio, pois alegavam que se encontravam na linha de frente da batalha enquanto os Cabo Verdianos estariam estudando. Logo depois da independência, a maioria dos Cabo-Verdianos ocupava os principais cargos administrativos do Estado, enquanto que muitos Guineense, considerando-se os verdadeiros libertadores da pátria, estavam relegados a situações que se assemelhava ao período da colonização.

Com base nesse cenário, veio a culminar o golpe de Estado no país, denominado o movimento reajustador 14 de Novembro de 1980. Este movimento foi liderado pelo então primeiro ministro, João Bernardo Viera, com o objetivo de reajustar a ordem e restabelecer a justiça e o controle do país. Anos depois, Cabo Verde abandonaria a união com a Guiné, e estabelece-se como uma república autônoma e independente. O agravamento desse cenário, conjugados com problemas de instabilidade político, social e econômica no governo, se intensificou mais devido a adesão do governo as políticas de ajuste estrutural do FMI/BM⁶. A situação da Guiné-Bissau estava deteriorando cada vez mais, devido a problemas provocados pelas políticas de ajuste estrutura de FMI/BM, com as respectivas privatizações dos principais estabelecimentos e indústrias que funcionavam nos país.

Finalizada a luta armada e a conquista da independência 1973, na década de 80 a maioria dos antigos combatentes da liberdade da pátria não mais tinha uma utilidade na conjuntura político e sócio econômico guineense. Assim sendo, por uma questão

⁶ Sobre a política de ajuste estrutural consultar:
Kabunda Badi, Mbuyi: Neoliberalismo, Á F R I C A, 7 de septiembre del 2002, www.sodepaz.org

estratégica do PAIGC, tentaram agrupar essas pessoas nas diversas cooperativas implantadas pelo então único partido no poder. Esses antigos combatentes moravam e trabalhavam nas próprias cooperativas e granjas estatais. Já nos anos 90, com o agravamento da crise na Guiné-Bissau, unido a derrube do bloco socialista, visto que o país recebia muitas ajudas vindas desse bloco, as cooperativas começaram a se quebrar, assim como algumas escolas e infra-estruturas que também eram subvencionadas pelos governos. Começaram a surgir escolas e outros estabelecimentos privados. Esse aspecto, aliados a ocupação de cargos dos Cabo-Verdianos nos aparelhos administrativos do Estado propiciou em princípio, a segunda tentativa de golpe de Estado no país que resultou na prisão do primeiro ministro, Victor Saúde Maria, e conseqüentemente o assassinato de elementos da etnia balanta, denominado o “Caso 17 de Outubro”.

Na década dos 90, iniciou a abertura política, ou seja, o multipartidarismo com a adesão a “democracia”, permitindo as primeiras eleições livres e democráticas no país em 1994. Embora a conjuntura política internacional demandasse a existência de Estados democráticos, o chamado multipartidarismo ou abertura comercial por vários motivos contribui a promover ou criar divisão no seio do povo guineense e desestabilizar ainda mais um país já desestabilizado econômico, político e socialmente. A própria estrutura do Estado, e as instituições do país, não apresentavam um projeto capaz de assimilar essa nova configuração na vida política e sócia econômica da população guineense. Esse fato permitiu que começasse a aparecer dissidente do PAIGC, que por divergências dentro do partido único, começaram a formar os seus próprios partidos. Surge aquele que seria o maior partido de oposição até hoje na Guiné-Bissau, o Partido da Renovação Social (PRS). Isso explica em boa medida, porque no país de apenas 1.6000.000 milhões de habitantes existem, mais de 36 partidos políticos.

Assim os conflitos ou rivalidades étnicas foram acelerados nessa época de “democracia” desde os principais responsáveis que foram os próprios dirigentes políticos que na tentativa de conquistar votos nas campanhas políticas, começaram a pregar discurso étnico e racial nos centros urbanos e rurais da Guiné-Bissau. E como a maioria da população é analfabeta, não resultou difícil essa tarefa.

3.2 Do Período Colonial ao Processo de Independência em 1973/74

O domínio português na Guiné Bissau começou no século XVI, quando colonos estabeleceram uma vila às margens do rio Cacheu. A região passou a ser um importante centro de comércio de africanos como escravos. Em 1687, os portugueses criaram um posto comercial em Bissau, cujos interesses foram disputado entre franceses e britânicos; estes últimos tiveram, por um curto período de tempo, um assentamento em Bolama. Em 1879, a região passou a ser uma colônia portuguesa, com disputas fronteiriças com o Senegal, então dominado pela França, que só terminariam após a conferência de Berlim em 1886. Somente a partir de 1915⁷, os portugueses passam efetivamente a exercer o poder sobre a Guiné-Bissau.

Em 1952, a Guiné-Bissau deixa de ser uma colônia e converte-se em “província de ultramar”, através da revisão constitucional colonial de 1951, cujo objetivo é promover a “unidade nacional” nas colônias e “diminuir a onda” de revoltas nacionalistas (SILVA 1997, p.27). Em 1956, surge um movimento nacionalista, liderado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), fundado no exílio e tendo como um dos seus mentores, Amílcar Cabral. O partido contava com o apoio, desde 1960, da República da Guiné-Conacry (ex-colônia francesa) e dos demais antigos países comunistas, dentre eles a Rússia, Cuba e Tchecoslováquia. Três séculos após a exploração mercantil ao longo do litoral da antiga Guiné-Portuguesa (atual Guiné-Bissau), os combatentes do Partido Africano Independência da Guiné e Cabo Verde, ofereceram fortes resistências ao colonialismo português, com várias derrotas e baixas (Pereira, 2002, p.25). Em Setembro de 1973, o partido reclama uma República e busca o reconhecimento internacional (Teixeira 2008).

Em 10 de Setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colônias portuguesas a alcançar o *status* político “de país livre”. Cabo-Verde e Guiné-Bissau constituíram-se Estados separados, mas sob a tutela do PAIGC, de orientação ideológica marxista. Após a morte de Amílcar Cabral, antes da independência em 20 de

⁷ Segundo Pereira (2002, p.29), o controle efetivo de Portugal sobre a Guiné Bissau começou de fato em 1936, altura em que se completou a “pacificação” e se diminuíram os focos da revolta.

Janeiro de 1973, Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral) assume a presidência da República da Guiné-Bissau.

3.3 O Período da Construção do Estado 1973- 1980

Sendo um dos primeiros países das ex-colônias portuguesas a conquistar a independência, e um dos últimos na África lusófona a enveredar por via democrática, exceto Timor-Leste, a Guiné-Bissau apresenta um caso curioso na sua construção como um estado de direito. Quando se deu a independência em 1973, entre os países lusófonos, é aquele que mais conheceu um período marcado por conflitos político militar e sócio econômico que sempre trouxeram a tona as questões étnicas. Por isso, desde a abertura política até a presente data, nenhum presidente eleito democraticamente cumpriu com o mandato constitucional. Mergulhando-se assim, num ciclo vicioso de instabilidades.

A Independência levada a cabo pelo Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), viu frustrada a sua conquista seis anos depois. Frustração essa materializada na primeira experiência de golpe de Estado em 1980, marcado pelas subdivisões no seio do partido. O golpe de Estado foi liderado pelo então comissariado da República na época ou primeiro ministro, João Bernardo Nino Vieira, pondo fim à unidade dos dois povos: Guiné-Bissau e Cabo Verde, o maior sonho de Amílcar Cabral, seu principal mentor.

No entanto, se esclarece que essas subdivisões remontam historicamente no período da colonização e da política empreendida pela coroa portuguesa nas suas províncias ultramarinas. A Guiné-Bissau sinónimo de exploração, apresentou-se assim, como um espaço de incitação de conflitos étnicos durante a luta travada contra o regime colonial. Do outro lado, Cabo Verde, sinónimo de ocupação, estaria mais propício a atender as exigências de empreendidas pela coroa portuguesa na administração do estado. Assim, Segundo dos Anjos,

“Portugal tem necessidade de apresentar *pessoas de cor* em cargos médios para tornar a colonização aceitável, tanto internamente como nos fóruns internacionais onde a potencia vinha sendo pressionada. Num momento em que também começaram a emergir sinais de contestação interna, exibir os

assimilados em cargos públicos é uma forma de tentar controlar um empreendimento colonial essencialmente frágil”.

No contexto de grandes transformações a nível internacional, e apesar da abertura política na Guiné-Bissau em 1991, com o surgimento de novos partidos políticos, as primeiras eleições gerais para a presidência da República só tiveram lugar em 1994.

Depois de 18 anos no poder, dez em mono partidarismo e oito com abertura política e conseqüentemente, realização das primeiras eleições gerais, o governo de PAIGC, dirigido pelo ex-presidente Nino Vieira, teve períodos marcados por instabilidade política e abuso do poder. Do período da abertura política, em 1991, até a realização das primeiras eleições gerais em 1994, o governo do PAIGC, tanto a nível interno quanto externo foi fortemente contestado pela corrupção e uso arbitrário do poder político com sucessivas crises econômicas.

Contrastando o que se viu na luta de libertação nacional, o uso de violência arbitrária na Guiné-Bissau passou a ser naturalizada como método da resolução dos eventuais conflitos que se registraram na história recente de um Estado de direito democrático. O país, constituído por grupos heterogêneos, encontrou na luta de libertação nacional, uma ferramenta ideal de unidade nacional.

O apelo dos políticos à luta de libertação nacional, conjugados a cadeias de lealdades étnicas tornou-se assim, um recurso usado como estratégia em períodos de instabilidade com a finalidade de obter apoio da população no momento das eleições. A instabilidade no país tem evidenciando mudanças drásticas a nível socioeconômico e político cultural. Desde a independência em 1973 até 2009, o país conheceu sete Presidentes que não conseguiram completar a sua legislatura por causa dos fatores que envolvem cadeias de lealdades étnicas e uso arbitrário da força e abuso do poder.

3.4 Do Monopartidarismo a Abertura Política (1980 – 1994)

Embora não tanto explicitado, o golpe de estado de 1980, se deu em circunstâncias em que alguns membros do PAIGC da descendência cabo verdiana e/ou portuguesa ocupavam a maior parte do aparelho burocrático do estado. Ou seja, a justificativa dada depois do golpe de estado, que tinha como presidente Luis Cabral, foi que este e demais membros do governo se desviaram dos princípios norteadores do

partido e da luta pela emancipação dos povos guineenses e caboverdianos. Princípios esses que seriam o de levar os dois países a se encontrarem nos planos socioeconômico, e político cultural da reconstrução dos espaços territoriais como um estado de direito.

Outras justificativas para o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980, segundo Mendy(1996), foi a alegação do desvio da linha de Amílcar Cabral, cuja implicação econômica era o abandono da estratégia de desenvolvimento de orientação socialista que dava prioridade ao melhoramento e à modernização da agricultura. Ainda segundo esse autor, os novos governantes anunciaram que, como “herdeiros de Amílcar Cabral”, continuariam a edificação de uma política nacional independente, no quadro de uma sociedade sem exploração do homem pelo homem (MENDY, 1996).

Assim, ao assumir o poder, o novo presidente João Bernardo Nino Vieira que então se considerava, “herdeiros do pensamento de Amílcar Cabral,” não conseguiu levar adiante os objetivos do Partido Africano Independência Guiné e Cabo Verde, como começou uma perseguição a alguns membros considerados ameaça ao seu mandato. Assim, em março de 1984, o primeiro ministro Victor Saúde Maria foi acusado de preparar um golpe de Estado.

No ano seguinte, o primeiro vice-presidente e ministro da justiça, Paulo Correia, ex-procurador geral da República, Viriato Rodrigues Pã, entre outros membros membros do PAIGC, dentre eles se encontrava Tagme na Waié, foram acusados de uma tentativa de golpe de Estado. Acusação essa que os levou a serem presos, torturados e alguns mortos. Este incidente ficou conhecido como o "Caso 17 de Outubro", ou ainda, como "A rebelião dos balantas". Em 1987, novos boatos de uma outra tentativa de golpe que levou a suspensão do vice-presidente e ministro das forças armadas, Iafai Camará, que depois de duas semanas de prisão domiciliar, foi autorizado a exercer as suas funções. Assim, sob o governo do partido único (PAIGC), a pressão a nível internacional já vinha ganhando contornos maiores em relação a implantação da democracia no país, o PAIGC adotou as políticas de ajustamento estrutural (PAE), das organizações internacionais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (FMI/BM) sem reunir as condições necessárias para tal .

As políticas de ajustamento estrutural tinham como objetivo a redução da intervenção do Estado nas políticas econômicas e sociais do país. Relegando para o setor privado, a função de participação nas políticas de desenvolvimento sócio econômico do país, ou seja, a privatização de certos órgãos que dantes eram subvencionadas pelo estado.

Essa política de ajustamento, embora fosse feita para estabilizar a país em níveis econômicos com os seus vizinhos regionais, não foi acompanhada por uma política de enquadramento da classe castrense que teve um papel importante na luta de libertação nacional. Portanto, em geral estes não tinham habilitações necessárias que lhes permitisse ocupar os lugares de novas configurações do funcionalismo país. Talvez por isso, os organismos internacionais e parceiros do desenvolvimento no país, não levaram em conta a importância da classe castrense no equilíbrio social e político da Guiné Bissau.

3.5 Da Primeira Eleição Livre e Multipartidária, ao Conflito Político Militar 1994-1998.

As primeiras eleições livres e multipartidárias no país tiveram lugar em 1994. Dessa eleição, o Partido Africano Independência de Guiné e Cabo Verde consagrou-se como a legítima vencedora do pleito. Tendo conseguido essa vitória na segunda volta, enfrentando a ala dissidente e a segunda maior força partidária no país, o Partido da Renovação Social (PRS) liderado por Kumba Yala.

No quadro político social em que se encontrava o país, as disputas de poder no interior do PAIGC, uma ala que contestava a liderança do Presidente do partido e da República Nino Vieira, contribuíram bastante para que o país entrasse em profundo conflito em todos os aspectos. Os conflitos no seio do PAIGC sempre se fizeram presentes desde o período da luta de libertação nacional. Segundo Sangreman *et al* (2005):

Em 1961, Amílcar Cabral tentou conciliar as várias formações nacionalistas existentes na Guiné. Deste modo, tentou unir o PAIGC com a União dos Povos da Guiné (UPG) liderada por Henry Labery e o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) de François Mendy Kankoila. No entanto, estes três movimentos entregaram-se a renhidas e duras batalhas verbais, principalmente sobre o tema das relações entre a Guiné e Cabo Verde. Por um lado, havia a existência de pequenos grupos que não queriam nada com Cabo Verde; por outro, o PAIGC insistia na tónica da unidade dos dois povos.

Embora as outras duas formações políticas não conseguissem se firmar a UPG e MLG que mais tarde viria a se tornar Frente de Libertação Nacional Guineense (FLING), o Partido Africano Independência de Guiné e Cabo Verde se consagrou como

a única força política até o período da independência. Portanto, pode-se observar que ainda existem resquícios de uma rivalidade interna no PAIGC, constituída por mestiços (*Burmedjus*)⁸, e os negros de origem (*pretu nok*) que acabam por se tornar um dos motivos para a crescente instabilidade político militar no país.

A instabilidade no país intensificou-se mais no congresso do PAIGC, duas semanas antes do início do conflito político-militar de 1998, que basicamente se tratava de trocas de acusações sobre o tráfico de armas para o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC)⁹, e o caso 17 de Outubro, assassinato dos oficiais da etnia Balanta pelo Presidente da República Nino Vieira. Portanto, os grupos étnicos na Guiné-Bissau em relação à mobilização com fins políticos e econômicos, ligados ainda por vínculos simbólicos são vistos segundo a teoria de grupos de interesses como sendo:

“Uma forma de mobilização política concorrente da classe social e que tende a suplantar esta última no mundo moderno, uma vez que ela implica laços afetivos concretos dos quais a classe esta agora desprovida. O apelo e a importância da etnicidade como base para a ação política, nota Van den Berghe (1976), parece ser inversa à da classe. Enquanto nos séculos XVIII e XIX, as pertenças de classe diferenciavam fortemente os indivíduos (em termos de dialeto, de costumes culinários ou de vestimentas), conferindo às diferentes classes sociais características quase étnicas, a uniformização dos estilos de vida em grande parte esvaziou-as de seus poderosos símbolos culturais, ao passo que os símbolos étnicos preservavam de modo latente um poderio inerente, tornando-as facilmente utilizáveis para fins políticos. No mesmo sentido, Bell considera que o que torna a etnicidade eficiente, como base de mobilização política é que ela permite combinar interesses e vínculos afetivos.”

⁸ *Burmedju* é o termo usado para classificar os mestiços Guineenses de descendência Cabo Verdiana e Portuguesa. Se por um lado o Golpe de Estado de 1980 selou a divisão do povo Guineense e Cabo Verdiana, afastando dos aparelhos burocráticos e administrativos do Estado os Cabo Verdianos, por outro lado encontramos uma intelectualidade guineense de *Burmedjus no PAIGC*. Desse modo, os conflitos se manifestaram entre os *Burmedjus e os Pretu nok* se alastrando a outros grupos étnicos que reivindicam o sentido de origem, isto é, do ser autóctone.

⁹ Movimento das Forças Democráticas de Casamansa é um grupo separatistas que reivindicam do Governo Senegalês a Autonomia da região.

Assim, nas campanhas para as eleições, os candidatos se apresentam com algum ornamento simbólico que representa a sua etnia. O caso mais evidente disso é o uso do “gorro vermelho” pelo ex-presidente da República Kumba Yala. Para a etnia balanta, o “gorro vermelho” é sinônimo de maturidade e de cumprimento do ritual da iniciação.

Perante esse cenário aliado a fatores de uso arbitrário de força por parte do governo, das reivindicações dos militares para melhores condições de vida, serviram como elementos complementares que mais tarde viria a ser assistido num palco montado por membros das Forças Armadas, e sendo eles mesmos os próprios protagonistas da peça. Por isso, em relação ao processo de transição para multipartidarismo, Teixeira (2008) argumenta que, a Guiné-Bissau, durante a transição política, vivia numa pólvora de canhão e muitos já sabiam que dado o baixo grau de institucionalização e da intimidação por parte do governo do PAIGC, o país estaria correndo o risco de enfrentar um suposto golpe de Estado, após a realização das primeiras eleições gerais, em 1994.

Depois de ser montado o palco, com todos os elementos presentes para a apresentação da peça, em 7 de junho de 1998 o Brigadeiro Ansumane Mane levou a cabo um plano de golpe de Estado que destituiu o Presidente Nino Vieira, mergulhando o país num conflito político militar durante onze meses, com perdas humanas desastrosas. Para a resolução desse conflito, o restabelecimento da paz e segurança no país, foi necessário à mediação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)¹⁰.

3.6 Pós conflito político militar em 1998, ao assassinato do Presidente Nino Vieira em 2009

Em 1998, a Guiné-Bissau virou palco de um golpe de Estado que levou o país a uma guerra civil por quase um ano. Plano esse levado a cabo pelo Brigadeiro Ansumane Mané, acusado de tráfico de armas para os independentistas de Casamansa. Esse movimento foi designado Junta Militar que depôs o Presidente João Bernardo Nino Vieira depois de 18 anos no poder, exilando-se em Portugal. Desse conflito, o ex-

¹⁰ Fazem parte da CPLP, Guiné-Bissau, Brasil, Cabo-Verde, Moçambique, Angola, São Tomé Príncipe, e Timor Leste.

presidente Nino Vieira contou com o apoio dos militares da Guiné-Conacky e do Senegal. Para além disso, ainda teve apoio de jovens da etnia papel, do qual ele faz parte, denominados *aguentas*.

Assolada por um conflito político militar com implicações étnicas durante quase um ano, a situação do país pós-conflito mergulhou num período de reconstrução das infra-estruturas e da retomada da vida social dos cidadãos. Além das perdas humanas, um dos pontos negativos também nesse conflito é a destruição total das infra-estruturas do país, do Instituto Nacional de estudos e Pesquisa (INEP), que guardava todas as informações acerca da história do país, da produção científica e investigação nas áreas de ciências sociais e econômicas.

Depois de dois anos, a Guiné-Bissau viria a conhecer um elemento estratégico na cena política nacional como esperança de reconstrução do país, desde a sua independência e nos últimos doze meses que mergulharam o país num conflito político militar. Kumba Yalá foi um político que trouxe à tona as questões que na sociedade guineense podem ser consideradas como que internalizadas. Isso porque, ele não só inovou na sua forma de fazer política, isto é, deslocando a lógica mantida nos últimos anos do presidente cessante, de privilegiar espaços considerados mais propícios à modernidade, e ao desenvolvimento. Kumba Yala pregava a importância do espaço rural na preservação da tradição, como principal foco de investimento que possa atender as demandas da sociedade guineense.

No governo de Kumba foi onde se constatou maior instabilidade e tensões no meio da sociedade guineense recém-saída de um conflito político militar. Segundo Alvaro Nóbrega (2003),

Kumba Yala aparecia como um candidato carismático e com um discurso populista, conseguiu fidelizar a sua etnia neutralizando a aproximação dos outros candidatos, inclusive os da sua etnia que ele acusava jocosamente de serem “blufos de praça”, isto é, jovens imaturos que não haviam feito os ritos de iniciação para ascender à maturidade e eram da praça (cidade) numa aceção negativa da palavra. A campanha para a presidência levou Kumba Yalá Partido e os militantes da Renovação Social (PRS), a percorrer (num modo que se pode considerar análogo ao dos primeiros militantes do

Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), na mobilização para a luta armada) tabanca a tabanca, em chão balanta, sujeitando-se as condições locais, vivendo da mesma maneira que as populações rurais e relembrando as injustiças antigas do regime para com os balantas, tendo consolidado a posição do partido entre uma das mais representativas. O PRS procurava mostrar que não só estava com o povo, como era o próprio povo. O seu discurso era de revolta do campo contra a cidade, o seu modo de vida desligado da tradição e o abandono a que votou as populações rurais, no espaço urbano, o discurso fez-se não só contra o PAIGC, mas também contra as elites dirigentes bem instaladas, a chamada *gente da praça*, criticando o seu modo de vida confortável, ostensivo face a vida difícil do homem comum. (Nóbrega, pp. 26-29)

Ainda segundo esse autor, a dualidade campo/cidade, praça/tabanca¹¹ tendem a recriar nas cidades, os modos de vida tradicional, isto é, africanizando o espaço urbano. (Nóbrega, pp. 74). Durante o período de campanha para as eleições, Kumba Yalá fazia questão de se sentir “nativo”, ou seja, a campanha dele se concentrou basicamente no interior do país e nas localidades onde se encontrava um contingente maior da sua etnia, os balantas, que são a maioria no país. Por isso, depois de ter ganho as eleições em 2000, conduziu uma política de privilégios, e de distribuição de cargos públicos chave a membros da etnia balanta durante o seu mandato, designado por alguns autores como a “*Balantização do poder*”(Costa, 2000).

Dos quatro Primeiros Ministros durante o período da sua governação, três eram pertencentes a mesma etnia que a dele. Essas ações e mais a situação caótica em que se encontrava a Guiné-Bissau, foram fatores cruciais para que em 14 de setembro de 2003, fosse deposto do governo pelo General Veríssimo Correia Seabra. Um ano depois, em de Outubro de 2004, Veríssimo Seabra foi assassinado por um grupo de militares que participaram de uma missão do programa de paz da ONU, na Libéria. Veríssimo foi acusado de promoção arbitrária no interior das forças armadas, corrupção e abuso de poder. Para o sociólogo guineense Hugo Monteiro (2004), o assassinato de Veríssimo Seabra não passa de um ajuste de contas nas Forças Armadas pela deposição do Presidente Yalá em 2003 (Teixeira, 2008). Ainda segundo Teixeira,

¹¹ A dualidade aqui estabelecida praça/tabanca é o equivalente a cidade/interior, ou seja, aldeia.

“Percebe-se por outro lado, que as clivagens étnicas dentro das Forças Armadas e a luta pelo poder entre os oficiais militares tinham também uma dimensão simbólica: a colocação nas patentes militar dos dois ramos de arroz, principal produto de consumo nacional, cujos produtores majoritariamente são oriundos da etnia Balanta, foi entendida como uma demonstração de hegemonia Balanta dentro das Forças Armadas sob proteção do PRS, então governo (Diário de Bissau, out. 2003, p. 13).”

Embora esse fenómeno ficou visível durante a governação de Kumba Yalá, e pelo Partido de Renovação Social (PRS), do qual é líder, é importante realçar de que não se tratou de uma balantização da sociedade guineense, mas sim, de atribuição de cargos públicos a membros da mesma etnia (Dias, 2000). Não existem conflitos étnicos que tendem a se manifestar na sociedade guineense.

Considerado como uma das causas de frequentes instabilidades no país, dois anos depois, Abril de 2005, a cidade de Bissau foi marcado pelo retorno de João Bernardo Nino Vieira a cena política nacional, num período em que se preparavam a terceira eleição presidencial nos 36 anos da independência da País. Nino Vieira voltou num ambiente ainda marcado por desgaste da vida pública do Estado, da sua função, como entidade que garante os direitos do cidadão, o pleno gozo da sua liberdade. Como candidato independente, concorreu e ganhou as eleições presidenciais apesar da proibição de atividade política que pesava contra ele, tendo como apoio uma ala dissidente do PAIGC, designados por Partido da República Independente e do Desenvolvimento (PRID).

A volta de Nino Vieira também pode ser visto como a sua sentença de morte, já que as feridas estavam ainda abertas no seio da sociedade guineense, nos políticos da oposição e das chefias militares, em relação aos assassinatos e conflitos da década de 1980/99. No entanto, sabe-se que o desenrolar desse processo desde a década de 80, que o presidente da República tem uma velha rivalidade com o chefe do Estado maior das forças armadas, General Baptista Na Waié. Waié era um dos oficiais Balanta que Nino escolheu como alvo a abater pelo tribunal militar. Por isso, em 1984, o general Waié ficou anos exilado numa ilha deserta da costa da Guiné-Bissau.

No período da governação de Nino Vieira acentuaram as debilidade das estruturas do Estado/governo em colapso. Perante as constantes manifestações, da pobreza que assolava a maioria da população guineense, as greves, atrasos de pagamento de salários, conjugados com velha rivalidade no campo político e militar do

presidente, são fatores em evidência que colocaram a Guiné-Bissau mais uma vez mergulhado numa crise institucional culminando no assassinato do Presidente Nino Vieira e o General das Forças Armadas, Tagme Na Waié.

A atual situação sócia econômica em que se encontra o país, a posição geoestratégica na costa da África ocidental, a debilidade das estruturas do Estado em relação à segurança, aliados a falta de estrutura no combate a crime organizado, tráfico de droga, são elementos que influenciaram na introdução do narcotráfico na Guiné-Bissau com a conivência da elite política militar. Trocas de acusações no envolvimento de tráfico de drogas, tanto pelos elementos das forças armadas, como dos políticos e altas personalidades da sociedade guineense, levou a ONU a considerar o país como rota de tráfico de drogas provenientes da América Latina. As questões ligadas ao *narcotráfico*¹² foram adicionados na configuração da política guineense que acirraram mais as velhas rivalidades entre os “dois homens de frente do país e a elite política militar”. Em julho de 2008 foi apreendido em Bissau um avião com 515kg de cocaína no Aeroporto Internacional de Bissau (Bissalanca) que acabaram por desaparecer no estabelecimento do Tesouro Público. Os acontecimentos do “*caso 17 de Outubro*” citado antes no texto, aliados a estratégias de alguns políticos em ascender ao poder, são razões que segundo as autoridades nacionais e internacionais estiveram no desenrolar desse processo. Como se já não bastasse a perda de influência no meio da cena política nacional, derrotado nas últimas eleições legislativas de Novembro de 2008, em que o PAIGC, liderado por Carlos Gomes Júnior ganhou, Nino Vieira assistiu a morte do seu principal aliado a nível regional, o Presidente Lassana Conte¹³, da Guiné Conackry país vizinho.

¹² Sobre a questão do narcotráfico na Guiné Bissau consultar: www.bissaudigital.com, www.didinho.org

Ainda sobre a questão do narcotráfico, foi publicado um panfleto no jornal português "o correio da manhã" de 10.03.2009, onde alegados grupos de cartéis que controlam o tráfico na Guiné Bissau, declaram um ultimato avisando os possíveis implicados nesse processo sobre interferências e o não cumprimento dos acordos. Listam os nomes das pessoas que estariam envolvidos com o tráfico. Os membros dos grupos de cartéis declararam que fariam de “tudo para recuperar as mercadorias perdidas”.

¹³ Lassana Conte foi o principal aliado de Nino Vieira no Conflito Militar de 1998/09, tendo enviado tropas para apoiá-lo na sua investida.

Com falta de apoio político, Vieira trocou quatro vezes de primeiro-ministro em apenas três anos no período do seu mandato. Em 23 de Novembro de 2008 escapou a uma tentativa de assassinato organizada por militares. Este foi visto como uma retaliação a outra tentativa de assassinato ao General das Forças Armadas, Baptista Tagme Na Waié, em Janeiro do mesmo ano. Em 1 de Março de 2009, o General das Forças Armadas Na Waié, sofre um atentado a bomba que pôs fim a sua vida. Na madrugada do dia 2 de Março, um grupo de pessoas armadas, supostamente militares, invade e mata o Presidente da República Nino Vieira, na sua residência.

Logo após esses atos, o governo se reuniu com as chefias militares na tentativa de controlar a situação e manter a ordem constitucional do país. Segundo declarações do chefe militar de relações exteriores Zamora Induta, publicado na agência france, um comunicado das forças armadas foi emitido dizendo o seguinte:

O presidente morreu nas mãos de um grupo de pessoas que não conhecemos. Ignoramos tudo a respeito deste grupo de pessoas ainda não identificadas", acrescentou. "Não aceitaremos que as pessoas o interpretem como um golpe de Estado. Não é um golpe de Estado, repito", insistiu o capitão de fragata José Zamora Induta, que também é porta-voz da comissão militar criada na noite de domingo.

Por outro lado, foi o mesmo Induta que anunciou mais cedo, a morte do presidente Vieira e acusou-o de ser um dos principais responsáveis pela morte de Tagme. Então aqui, nos deparamos com a preocupação de sustentar um Estado de direito democrático, e a possibilidade de justificativa das ações do governo por meio da elite política do país. Assim, Induta afirma que:

"O exército matou o presidente Vieira quando ele tentava fugir da casa dele, atacada por um grupo de militares ligados ao comandante do estado-maior, Tagmeh na Waié", afirmou o chefe militar de relações exteriores, José Zamora Induta."Agora, o país vai avançar. Este homem bloqueava tudo neste pequeno país", completou o oficial. (DN)¹⁴

No entanto, os militares afirmaram que vão respeitar a ordem constitucional do país, tendo-se reunido com o Primeiro Ministro Carlos Gomes Júnior que reafirmou que

¹⁴ DN-Diário de Notícias, março de 2009

“se esta assistindo a mais uma situação anômala, que, no entanto a situação vai ser ultrapassada”, demonstrando assim, o alto sentido patriótico da classe castrense guineense. Depois dessa reunião de emergência com o Executivo e as chefias militares, o primeiro-ministro guineense veio sustentar que a ordem constitucional do país não está em causa. Carlos Gomes Júnior apelou à serenidade e procurou mostrar-se convicto de que a Guiné-Bissau tem condições para superar mais uma grande crise institucional. Após esses atos, foi criada uma comissão de inquerito que engloba o Ministério Público, Polícia Judiciária e Promotoria Pública do Tribunal Superior Militar para investigar as mortes do presidente da República e do General das forças Armadas. Como se não bastasse o uso arbitrário da força e abuso do poder da elite política militar, num momento em que o país se preparava para entrar na sua quarta experiência democrática, a realização das eleições presidenciais no dia 28 de junho, a cidade de Bissau foi marcado de novo pelo assassinato do ex-ministro da Defesa Helder Proença, e Baciro Dabó, candidato as eleições presidenciais do dia 28 de junho, acusados de envolvimento num suposto golpe de Estado.

A *tabela 1*, contextualiza os periodos em que se realizaram algumas tentativas e as respectivas concretizações de golpes, prisões e assassinatos, assim como a evolução de conflitos que marcaram o Estado Guineense pós-independente. Nesses períodos, os mecanismos que desencadearam em cadeias de lealdades étnicas que culminaram no colapso do Estado ficaram evidentes através da atuação da elite política militar na luta pelo poder e controle do Estado.

Tabela 1. Períodos de tentativas e realização de golpes, prisões e assassinatos.

Dia/mês/ano	Deposições	Prisões	Líder do golpe	Assassinatos	Condenados e executados pelo tribunal militar
14/11/1980	Luis Cabral	X	General Nino Vieira	X	X
Março/1984	X	Victor Saúde Maria	X	X	X
17/10/1985	X	Viriato Rodrigues Pã, Tagme na Waié; Paulo Correia.	X	X	Viriato Pã, Paulo Correia e mais 50 supostos militares, todos da etnia Balanta
Mai/1987		Iafai Camará	Iafai Camará	X	X
07/Junho/1998	General Nino Vieira	X	General Ansumane Mane	População Civil	X
30/11/2000	X	X	X	General Ansumane Mane	X
14/09/2003	Kumba Yalà	X	General Veríssimo Correia Seabra	X	X
06/10/2004	X	X	X	General Veríssimo Seabra	X
Agosto/2008	X	Bubu na Tchuto	X	X	X
23/11/2008	X	Intchami Yalá	X	X	X
01/03/2009	X	X	X	General Tagme na Waié	X
02/03/2009	X	X	X	General Nino Vieira	X
05/06/2009	X	X	X	Baciro Dabó; Helder Proença.	X

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Cordeiro (2008).

Todos estes eventos compreendem algo em comum. Para além de serem naturalizadas a administração da vida política dos guineenses, os principais protagonistas se elevaram ao patamar que transcende a aplicabilidade da lei segundo prescreve a constituição. Aprofundando dessa forma, o desgaste das instituições do Estado que por serem importadas e impostas culturalmente, se encontram debilitadas no seu funcionamento.

A forma como o Estado da Guiné-Bissau entrou em colapso, a sustentação e preservação do Estado de direito à instauração de Estado de exceção como regra, se apóia numa ordem extra-jurídica que se torna rotina a eliminação dos entraves à ordem democrática. Todo esse quadro trouxe consequências drásticas à sociedade guineense em todos os níveis. A destruição das infra-estruturas físicas do país, públicas e privadas, traduziu-se num retrocesso importante da evolução do Estado guineense e a consolidação do processo democrático no país.

4. DO COLAPSO ESTATAL AO ESTADO DE EXCEÇÃO

As conseqüências derivadas da incapacidade do Estado Guineense em resolver problemas básicos como garantir a segurança à população, educação, saneamento básico, respeito aos direitos humanos, se evidenciaram de uma forma drástica culminando no colapso do Estado. O que se constatou no assassinato do Presidente da República é que o Estado de direito instituído na Guiné-Bissau carrega desde sempre uma dimensão de Estado de exceção.

A crescente onda de instabilidade e luta pelo poder e controle dos bens públicos do Estado atinge um limiar de violência física entre as elites políticas e militares que torna evidente o quanto é a força dos golpes de Estado subjacentes que sustenta o Estado de direito. Nesse caso fica evidente que a sustentação e a preservação de um Estado de direito se assenta numa ordem extra-jurídica que é uma rotina de eliminação física dos adversários da ordem democrática. A elite política militar, em nome da ordem democrática e da soberania do país, atua buscando garantir que não sejam militares a comandar o governo. Trata-se da situação-limite do que é conceituado por Agambem (2004) como o Estado de direito é regido por golpes de exceção transformada em regra.

O caráter rotineiro das intervenções militares na Guiné-Bissau leva ao colapso do Estado de direito. Num contexto onde as estruturas do sistema estatal foram importadas e impostas culturalmente não existem estruturas institucionais na sociedade civil que possam coibir a intervenção armada sempre que a vida política possa ser percebida como estando em crise.

Sem legitimidade alicerçada na sociedade civil, o Estado da Guiné-Bissau se firmou pelos princípios jurídicos de um Estado soberano na comunidade internacional. O que em outras paragens são intervenções do executivo na forma de decretos, desestabilizando a própria idéia de Estado de Direito, na Guiné-Bissau assume a forma de violência física comandada pela elite político-militar. Essa rotina de intervenção que não são golpes de Estado que culminam numa ditadura fica ainda mais visível na última atuação da elite política militar que se materializou no assassinato do presidente da República.

Na verdade o caso da Guiné-Bissau se insere numa conjuntura mais geral de crise de implantação do Estado de direito e que cria graves situações de desastres humanitários e que já não são passíveis de serem tratados como casos isolados.

O colapso ou a debilidade do Estado já criou grandes desastres humanitários e de direitos humanos durante a década de 1990 na Somália, no Camboja, na Bósnia, em Kosovo, no Haiti, e no Timor Leste. “Durante algum tempo, os Estados Unidos e outros países puderam fingir que esses problemas eram apenas locais, mas o dia 11 de setembro provou que a fraqueza do Estado também constituía um enorme desafio estratégico. (FUKUYAMA, 2004:11).”

O que fragiliza a dimensão do Estado de Direito e faz emergir com mais evidência a dimensão de Estado de Exceção da governamentalidade das populações são as cadeias de lealdades étnicas que dão uma dimensão particularista às intervenções extra-jurídicas.

A situação de colapso do Estado na Guiné-Bissau deve-se a fatores que envolveram cadeias de lealdades étnicas instauradas desde o período pós-independência. O primeiro Golpe de Estado, de 1980, já revelava as fissuras étnicas na elite que governava o país. Uns dos estopins do conflito que mergulhou o país numa guerra civil em 1998 foi o assassinato de oficiais da etnia Balanta, considerados entraves à ordem democrática do país.

Na destituição de Kumba Yala do cargo de presidente da República em 2003 está subjacente à acusação de se estar a tribalizar o Estado, favorecendo a membros da etnia Balanta da qual o presidente fazia parte. A dimensão étnica dos conflitos voltou a se manifestar mais precisamente no recente assassinato do presidente da República e do general das forças armadas em 2009. Fatores ligados ao narcotráfico, corrupção, abuso do poder foram adicionados a um Estado debilitado e que se evidenciaram nesse processo.

O que persiste por um lado, é a idéia de estar-se proclamando uma unidade que aparentemente existiu no período da luta de libertação nacional que desencadeou a emancipação do Estado guineense como um país livre do jugo colonial, por outro lado, assiste-se a uma instauração de cadeias de lealdades étnicas que tendem a acirrar a luta da elite política militar pelo controle dos aparelhos burocráticos do Estado. Essas

cadeias de lealdades étnicas se manifestam principalmente no período das eleições. Nas três experiências democráticas no país, os candidatos se beneficiaram dos votos provenientes das regiões onde se encontravam um contingente maior das suas etnias.

Assim, podemos situar, segundo o ponto de vista de Agambem (2004), a atuação da elite política militar do Estado na Guiné-Bissau. Nesse contexto, as ações das elites políticas militares foram instauradas e consideradas como que normais na administração da vida política Guineense. As ações das elites acabam se potencializando e ganhando forma se levarmos em conta a importação e imposição do sistema estatal, onde ainda persistem fortes incidências de disputas políticas pelo poder e controle do estado, disputas essas que acabam acionando as cadeias de lealdades étnicas como estratégias de manutenção e controle do Estado.

Dessa forma, o Estado de Direito democrático Guineense está sempre sob ameaça. No modo como as leis são aplicadas nos atuais acontecimentos da vida política guineense, é possível o assassinato do Presidente da República e do General das forças Armadas, e a própria elite militar decretar que a ordem democrática não foi abalada. É a ordem democrática instalada por decreto. O Primeiro Ministro foi noticiado pelo exército, em sessão solene, que se mantinha a ordem democrática apesar do assassinato por um grupo de militares, sob averiguação policial e jurídica, tal como prescrevem as leis.

Por outro lado poderíamos ver o Estado de direito zelando pelos princípios democráticos. O próprio Estado de Direito estaria praticando aquilo que Agambem (2004) classificaria como sendo um Estado de exceção como regra para manter a ordem constitucional e a soberania do país. Por um lado é sintomático de uma rotina de um Estado de Direito a averiguação jurídica de homicídios; por outro lado o assassinato é uma intervenção de um Estado de sítio e essa é toda a ambigüidade do acontecimento. A atuação da elite político-militar em Bissau tem vindo a mostrar evidências de que sob todo o Estado de Direito subjaz um Estado que funciona por decretos, suspendendo temporariamente o Direito e agindo assim, na esfera do extra-jurídico para garantir que a ordem democrática seja sustentável.

Agambem buscou desfazer o que ele considera na verdade como sendo apenas uma aparente contradição no fato de os regimes democráticos contemporâneos se orientarem, no exercício de sua prática política, por uma lógica que de algum modo é

identificável com formas totalitárias de governo. O Estado de exceção é aquela dimensão em que se apóiam ações repressivas como justificativa de segurança, por exemplo, no combate contra o terrorismo, sublevação interna, sendo algo necessária para restituir a ordem constitucional e soberana do país. O Estado de exceção é diferente de um estado de sítio, por não ser explicitamente declarada, aparece ao contrário como lei inserida e integrada no corpo do direito vigente.

Aqui Agambem (2004) retoma a proposição de Walter Benjamin (2003), segundo a qual o estado de coisas em que se vive deixara de ser a exceção para se tornar à regra, e sugere a tese de que o Estado de exceção não mais deve ser compreendido como o próprio nome o diz, isto é, como uma situação extraordinária evocada num momento de emergência, e sim, cada vez mais, como uma técnica de governo que, por ser aplicada normalmente à administração da vida. O Estado de exceção se elevou ao patamar de paradigma do governo nos atuais regimes democráticos afirmando-se assim como uma força legítima de defesa do Estado.

É nesse sentido que se pode observar segundo o autor, uma metamorfose, ou seja, o desabrochar de uma potencialidade real que estivera presente desde sempre na forma totalitária de um governo. Como exemplo, o autor faz uma analogia entre o nazismo Alemão e a situação atual de política contemporânea na base militar Estadunidense em Guantánamo.

Todos estes eventos compreendem características comuns com os da Guiné-Bissau, senão as mesmas, de um único processo que acomete e funda a modernidade. A biopolítica, segundo a qual a vida da espécie humana e cada indivíduo em particular torna-se o princípio e a finalidade das estratégias de poder.

Nessa linha de raciocínio, o significado biopolítico do Estado de exceção de Agambem (2004) e Foucault (2001), se torna pertinente para a análise. A biopolítica se refere à suspensão da ação do Direito sobre a vida dos cidadãos, situando-os numa zona anômala de indiferenciação, vida nua, entre o *bios* (vida política) e *zoe* (vida orgânica). O corpo do presidente Nino Vieira, sendo esquartejado é a vida desqualificada, despojada por completo de sentido político, sujeitado à privação de direitos em nome de uma necessidade exterior ao direito: a manutenção da ordem democrática, da qual ele se tornara um obstáculo.

Num contexto de estado importado, como no caso da Guiné-Bissau, a análise do Estado de exceção como forma subjacente ao Estado de direito encontra as evidências mais plausíveis. O Primeiro Ministro diante do assassinato, após ter sido tranquilizado (dever-se-ia dizer “reempossado”) pelos militares, declarou que a situação do país era simplesmente “anômala”.

Classificar uma situação de instabilidade política, em que o presidente é assassinado, como “anômala”, é situar o Estado de direito entre o que é legítimo e o que pode ser feito em casos extremos para preservação do Estado de direito e a restituição da ordem pública. Portanto, o que está fora da lei é enquadrado no cerne da lei, como tendo sido tratado legalmente e como sendo um ato que funda a lei (a eliminação de um “entreve” à ordem democrática – termo usado pelo Porta Voz do Exército – é a garantia da Constituição). Nesse contexto de conflito, a preservação de um Estado de direito requer a suspensão da lei para garantir a normalização da vida política guineense. Por isso, é possível sustentar juridicamente que o assassinato do Presidente da República não fere a constituição do país.

5. CONCLUSÃO

Como apontado inicialmente, o propósito deste trabalho era o de analisar o colapso do Estado e as bases étnicas do conflito político militar na Guiné-Bissau em 2009. Seguindo os objetivos traçados, as hipóteses e a metodologia empreendida, podemos observar no conflito, a atuação da elite política militar e membros da sociedade guineense em estratégias que se situam no limiar entre o controle do Estado pelo golpe de força e pelos princípios do Estado de direito. As justificativas dadas pelos militares, enfatizando o respeito às instituições do Estado, acentuaram a evidência de colapso do Estado de direito, que pode passar a ser regido por golpes de exceção transformada em regra sem a necessidade da afirmação de uma ditadura militar e de suspensão da Constituição.

Na Guiné-Bissau pós-independente da década de 90, a democracia emergiu como uma promessa de possibilidade de participação da população nos espaços de poder. Participação essa que a sociedade civil timidamente tem manifestado vontade de concretização. Esse trajeto tem sido interrompido por sucessivos golpes de Estado que inviabilizam a confiança nas instituições de sustentação de um Estado de direito democrático guineense. Cadeias de lealdades étnicas articulam grupos de elites com interesses no controle do Estado, contribuindo assim, para a instabilidade generalizada e crônica no seio da sociedade guineense.

Em nome da ordem democrática e da soberania do país, a elite política atua buscando garantir que não sejam os militares a comandar o governo. As eleições do passado mês de junho de 2009 na Guiné-Bissau, em princípio preserva a noção de um Estado de direito. A constituição não precisa ser revogada para que o presidente no poder seja o adequado as elites militares comprometidas com o narcotráfico, basta que pequenos golpes de força suspendam temporariamente o direito. A atuação extrajurídica da elite militar se revela para garantir que a “ordem democrática” seja sustentável.

A construção de uma sociedade civil forte, articulada e independente da tutela do Estado, partidos políticos que representam os verdadeiros interesses da sociedade, e a tolerância política entre os principais atores no processo de disputa de poder, requer

mais do que a superação da herança institucional tradicional que supõem Bratton e Walle (1997). É necessário repensar o Estado de direito à luz dos motivos para o fracasso de transição democrática no continente Africano; este trabalho não pode avançar nessa direção, apenas apresentou os sintomas.

Para que esses elementos possam ser adicionados à administração da vida política do povo guineense, podendo ser uma mais valia no processo de criação de espaço de participação, é necessário promover uma mentalidade capaz de trazer para a discussão o sentido de preservação da tradição sem, no entanto, desprovê-la da sua essência e significados na vida política: se impõe reinventar o Estado. O Estado guineense, como construção da modernidade numa latitude onde a sua incorporação se torna recente, acaba subjugando as diferenças sob o pretexto de ser algo que impede a transição e a consolidação do processo democrático no país.

Analisando a atuação da elite político militar no país, evidencia-se a crescente onda de instabilidade, e luta pelo poder e controle dos bens públicos do Estado. Nesse caso, a sustentação e a preservação de um Estado de direito tem como condição uma atuação militar extrajurídica. Por isso, concluímos que:

- 1) O Estado de Direito democrático na Guiné-Bissau estaria em colapso.
- 2) Se o Estado encontra-se nessa situação, poderíamos classificá-lo como Quase-Estado.
- 3) Só o Estado de exceção, tornado regra, garante a sustentação de uma imagem desacreditada de Estado de Direito.

A elite política militar não só se fez valer do direito de se afirmar como a única capaz de manter a ordem democrática e constitucional do país, declarando o respeito aos princípios democrático do Estado, como também se pode constatar a prática enraizada de violência física nas instituições democráticas modernas no país.

Torna-se assim, inédito para um país moderno, o assassinato militar de um presidente da República e se chegar a um consenso com o governo civil de que está tudo normal. Talvez a condição dessa possibilidade resida na essência do Estado de Direito, podendo ser suspenso temporariamente em um Estado de exceção que restaura o Estado de Direito. O governo “por decreto”, comum nas democracias ocidentais, pode ser visto como a versão “civilizada” do paroxismo guineense.

Na Guiné-Bissau, o paradigma dominante do Estado de exceção se evidenciou na atuação da elite política militar fragilizando a sustentação da boa imagem do Estado de Direito como garantido por procedimentos democráticos. O que se está a viver no país hoje, pode ser considerada a manifestação de uma prática do governo que tendem a realçar o caráter rotineiro da violência física encontradas em regimes antidemocráticos e que em outras latitudes podem ser encontrados em formas de decretos do executivo com força de lei.

Nesse caso não é o executivo que suspende os poderes constitucionais; constata-se na Guiné-Bissau, a atuação da elite militar como garantidora de restituição da constitucionalidade e do respeito às instituições, permanecendo a ordem democrática inalterada, apesar do assassinato do presidente da República. Integrando as ações do âmbito extra-jurídico ao corpo da lei o homicídio pode parecer apenas um ato criminoso punível segundo os procedimentos jurídicos. Ao mesmo tempo as elites político e militar podem avaliar publicamente que o presidente assassinado era um “entrave ou que estancava” a consolidação da democracia no país.

Nos períodos analisados e mais concretamente no que culminou no assassinato do presidente da República, constataram-se casos de formação de cadeias de lealdades étnicas que incrustadas aos aparelhos burocráticos e político militar do país, confirmando uma das hipóteses apresentada. No entanto, é pertinente indagar se isso seria um dos motivos para que o modelo da estrutura estatal ocidental importado não vingasse em contextos marcados pela proeminência de grupos de elites heterogêneas na origem étnica e trajetória política?

Ali onde adversários do governo atual constatarem uma situação “anômala”, e o governo e militares consideram como atos enquadrados em procedimentos, se não normais, pelo menos legais, buscando neutralizar a opinião política obrigando-a a aceitar que agem para preservar o Estado de direito, busquei evidenciar uma anomalia mais geral do Estado de Direito que em situações de competição etnicizada pelo controle do Estado se converte em regra. Após o assassinato do presidente da República o Estado guineense se firmou aos olhos da imprensa internacional como um quase-estado que entrou em colapso e onde a atuação da elite política militar acentua a existência do Estado de exceção como regra.

Ficou também evidente que não há o controle civil em relação aos militares, que os obriguem a respeitar os princípios democráticos de um Estado de direito que garante a capacidade dos governantes eleitos a efetiva capacidade de governarem. Na ausência de um aparelho jurídico e policial autónomo, a tendência é se confrontar com situações que desembocam no colapso do Estado ficando mais evidente a instauração de um Estado de exceção. Para Zaverucha (2000), controle civil “trata-se da capacidade de as autoridades constituídas (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a sociedade civil organizadas (sindicatos, associações, imprensa etc.) limitarem o comportamento autónomo das Forças Armadas, eliminando, por conseguinte, enclaves autoritários dentro do aparelho de Estado”

Na Guiné-Bissau, apesar de assistirmos os constantes golpes de força, os militares não assumem o poder para governarem como acontece em outras latitudes. Permanecendo as instituições do Estado constitucional aparentemente intacta. A não instauração de um regime de ditadura, paradoxalmente intensifica a violência física como regra para eliminação dos entraves aos interesses das elites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Bointempo, 2003
- AKUDE, John E. Fracaso y colapso del Estado africano: el ejemplo de Nigéria. **FRIDE**. Comentário, Outubro, 2007.
- AMORIM, M. Stella (org.) **Sociologia Política II**, Editora Zahar : Rio de Janeiro, 1970.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia de Letras, 2008
- AUGEL, Moema. **O desafio de escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.
- BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política Comparada**. México: Fondo de cultura económica, 1993
- BAQUERO, Marcelo (org.). **Transição, Eleições e opinião Pública**, Editora UFRGS. Porto Alegre 1995
- BERLIN, Isaiah. 1981. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: UNB.
- BOTTOMORE, T.B. **As Elites e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1965
- BRATTON, Michel; WALLE, Nicolas Van. **Democratic experiments in Africa: regime transitions in comparative perspective**. New York: Cambridge University Press, 1997.
- CARDOSO, Carlos. A formação da elite política na Guiné-Bissau. Lisboa: **Centro de Estudos Africanos**, 2002.
- CORDEIRO, Sousa. Dança da cadeira, Golpes de Estado entre Autoritarismo e a Democracia guineense, 2008. **Didinho.org**. Disponível em: www.didinho.org. Acesso em: 24 de Janeiro de 2009
- DIAS, Costa. A Balantização da Guiné-Bissau. **Público**, 2000

DOS ANJOS, José Carlos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional** – Porto Alegre, 2006.

FERNANDES, Junior; FERNANDES, Lito. Las Raíces históricas del atraso econômico de África Subsahariana. **Monografia.com**. Disponível em: www.monografia.com. Acesso em: 23 de janeiro de 2009.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma Experiência em Processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

FRIEDRICH, Carl J. **Uma Introdução à Teoria Política**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. (1999). **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France 1975-1976** (M. E. Galvão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes

FOUCAULT, Michel. (2001a). **História da sexualidade. A vontade de saber** (M.T. C. Albuquerque, & J. A. G. Albuquerque, Trans.). Rio de Janeiro: Graal

FUKUYAMA, Francis. **Construção de estados: governo e organização mundial no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Editora Méritos, 2007.

GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **INEP**. Disponível em: <http://www.inep-bissau.org/>. Acesso em: 23 de Março de 2009.

GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatística e Censo, **INEC**. Disponível em: <http://www.stat-guinebissau.com/>. Acesso em: 28 de Maio de 2009.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HELMAN, Gerald B.; RATNER, Steven R. Saving Failed States. **Foreign Policy**, 1992.

HUNTINGTON, Samuel (1999). **A terceira onda: a democratização no final do século XX**, São Paulo: Àtica

JACKSON, Robert. **Quasi-states: sovereignty, international relations and the Third World**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990

JAUARÁ, Manuel. Dilema de transição política na África Lusófona: de Uni para pluripartidarismo, **CES**. Disponível em: <http://.ces.uc.pt/lab2004/pdf/ManuelJauara.pdf>. Acesso em: 30 de Novembro de 2008

KELLER, Suzanne. **O Destino das Elites**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1967

KEOHANE, Robert. Political authority after intervention: gradations in sovereignty. In: HOLZGREFE, J. L.& KEOHANE, Robert (eds.). **Humanitarian intervention: principles, institutions and change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LOPES, Carlos. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Edições 70. Lisboa, Portugal 1982

LUIZ, José Victor. Estado de Exceção como regra: o impasse contemporâneo. **Revista Espaço Acadêmico**, Janeiro/Fevereiro, 2005.

MACEDO, Rivar José (org) – **Desvendando a história da África**, Editora UFRGS - Porto Alegre, 2008.

MACUANE, Jaime. Liberalização política e democratização em África: uma análise quantitativa. **Dados**: nº 2, vol. 22, 2000.

MENDY, Peter; KOUDAWO, Fafali. Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso. Bissau: **INEP**, 1996.

MENDY, Peter. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. In: KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter (coords). **Pluralismo político na Guiné-Bissau. Guiné-Bissau**: INEP, 1996.

NOBRÉGA, Álvaro. Desejo de “Cambança”: O processo eleitoral de 1999. **Soronda, Revista de Estudos Guineense**, Nova Serie Nº 6, Bissau: INEP, 2003

PEREIRA, Aristides. Guiné-Bissau e Cabo Verde: uma luta, um partido, dois países. **Notícia editorial**. Lisboa, 2002.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade.** Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SANGREMAN, Carlos, et al. A evolução política recente na Guiné-Bissau: As eleições presidenciais de 2005-Os conflitos, desenvolvimento e a sociedade civil. **Colecção Documentos de Trabalho.** Lisboa, 2006

SOUZA, Amaury (org.). **Sociologia Política.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966

SILVA, D. Antônio. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa.** Porto: Coleção textos/30, 1997.

TEIXEIRA, Duma Ricardino. Golpe de Estado na Guiné Bissau, 1998-2003. **Didinho.org.** Disponível em: www.didinho.org. Acesso em: 14 de Dezembro de 2008.

TEIXEIRA, Ricardino. **A sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau.** Dissertação de mestrado em Sociologia apresentado ao PPGS-UFPE. Recife, 2008.

UNCTAD. **United Nations Conference on Trade and Development.** Statistical Profiles Of The Least Developed Countries, 2005

VAN CREVELD, Martin. **Ascensão e declínio do Estado.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIEGAS, Caterina G.; KOUDAWO, Fafali. A Crise no PAIGC: Um prelúdio à guerra? **Soronda, Revista de Estudos Guineense,** N° 7 . Bissau. Junho, 2000

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumores de Sabres: controle civil ou tutela militar?** São Paulo: Ática, 1994

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZARTMAN, William. **“Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority”** I (ed. 1995).

ANEXOS

Guiné-Bissau. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas guineenses, Tagmé Na Waié, e o presidente Nino Vieira, foram ontem mortos em atentados separados. Os dois homens mantinham forte rivalidade há vários anos. Ontem, a situação era calma na capital e o Governo eleito estava em funções

Calma aparente após morte dos homens fortes de Bissau

Nino Vieira esteve no poder um total de 23 anos

LUÍS NAVES

A Guiné-Bissau perdeu ontem os dois homens mais poderosos do país, o presidente Nino Vieira e o chefe das Forças Armadas, Tagmé Na Waié, ambos vítimas de ataques separados, durante a noite. O general morreu num atentado à bomba contra o próprio Estado-Maior, ainda domingo, acção que fez vários mortos e feridos, que destruiu parcialmente o edifício. Horas depois, forças leais a Tagmé atacaram a casa do presidente.

A explosão que matou Tagmé ocorreu quando o chefe do Estado-Maior subia as escadas que levavam ao seu gabinete. Nino foi morto a tiro, quando tentava fugir. A mulher, Isabel Vieira, ficou ileso e refugiou-se na embaixada de Angola. Antigo guerrilheiro na guerra colonial, Nino Vieira esteve no poder um total de 23 anos. O presidente tinha 69 anos.

Um comité militar formado após os atentados assegurou que não se tratava de um golpe de Estado. O portavoz deste comité, capitão de fragata Zamora Induta (ex-ministro da Defesa), explicou que os militares garan-

tiam a ordem constitucional e continuavam submetidos ao poder civil. Zamora admitiu que os homens que mataram Nino eram próximos de Tagmé.

A rivalidade entre o general e o presidente era muito antiga. Tagmé chegou a afirmar que os dois homens "estavam unidos para tudo, para a vida e para a morte". Estes protagonistas estiveram no centro de uma série de perturbações político-militares que nos últimos dez anos decapitaram os anteriores chefes do exército.

O duplo assassinato de ontem surgiu num clima de forte instabilidade e num cenário de crescente domínio do narcotráfico. A comunidade internacional reagiu de imediato, condenando a violência. Portugal convocou uma reunião da CPLP (comunidade de países de língua portuguesa) em que foi decidido enviar uma missão a Bissau.

As interpretações sobre os dois atentados, ontem, sublinhavam sobretudo a hipótese do "ajuste de contas", embora haja quem não exclua a possibilidade destas acções envolverem interesses do narcotráfico. Nos últimos meses, a rivalidade atingira níveis voláteis. Um grupo de militares liga-

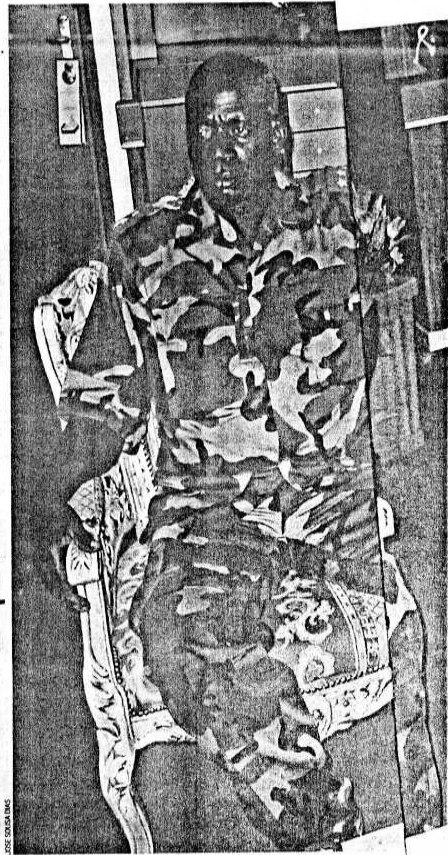
do a um importante oficial balanta (a etnia de Tagmé) atacara a residência do presidente em Novembro do ano passado. Nino acusou o chefe de Estado-Maior de intervir tardiamente.

Em Janeiro, o general Tagmé acusou por seu turno os apolantes de Nino de o tentarem matar, após incidente que envolveu os chamados "aguentas", antigos soldados da facção ninista. O incidente envolveu o disparo de um tiro na direcção do general, quando este passava frente à residência. Os aguentas remontam à guerra civil de 1998-99, em que Tagmé e Nino estiveram em lados opostos.

O Governo tem apoio do comité militar

Apesar dos incidentes nocturnos e do alarme que isto provocou na população, Bissau esteve ontem calma, com o Governo de Carlos Gomes Júnior a assegurar a ordem constitucional. O Presidente da República Interino será o actual presidente do parlamento, Raimundo Pereira, um jurista e antigo jornalista, respeitado militante do PAIGC, partido que venceu as eleições de Novembro.

O governo de Carlos Gomes Júnior mandou instaurar um inquérito e o comité militar encerrou as fronteiras. Após os atentados, Bissau ficou



sem rádios locais e todo o comércio parou. O único incidente foi, segundo a Lusa, a libertação de militares que estavam presos, ligados ao atentado de Novembro contra Nino Vieira.

A Constituição prevê presidenciais dentro de dois meses mas, contactado pelo DN, o ex-presidente Henrique Rosa (Interino entre 2003 e 2005) admitiu que o país não tem condições para cumprir o prazo, pois as eleições implicam ajuda exterior. "Aparentemente, a situação no país é estável", disse Henrique Rosa ao DN, "mas as pessoas ficaram atordoadas, pois há 24 horas tudo isto era inimaginável".

O ex-presidente, agora empresário, é um dos políticos mais respeitados da Guiné-Bissau, mas acha ser cedo para pensar numa eventual candidatura presidencial. "Temos por hábito esperar tudo de Portugal, solidariedade, aconselhamento", acrescentou o antigo presidente. ■

A CRONOLOGIA DA VIOLÊNCIA EM BISSAU

20.00 Um bomba explodiu no quartel-general do exército guineense e feriu mortalmente o chefe de Estado-Maior, Tagmé Na Waié.

POUCO DEPOIS o capitão Zamora Induta acusou o Presidente Nino Vieira de ser um dos "responsáveis pela morte de Tagmé".

04.00 O Presidente Nino Vieira é morto a tiro quando tentava fugir da sua residência. Os assassinos estariam a vingar o atentado a Tagmé.

AO INÍCIO DA MANHÃ, a primeira dama, Isabel Vieira, refugia-se na embaixada de Angola. Grupo de militares toma as instalações da polícia e liberta os soldados que participaram no atentado contra Nino em Novembro.

09.00 Estado-Maior do Exército promete respeitar "a ordem constitucional". Os chefes dos três ramos das Forças Armadas reúnem-se com o primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior.

REACÇÕES DE CONDENAÇÃO E ELOGIOS

Durão Barroso foi o mais elogioso ao sublinhar a "estima pessoal" pelo "patriota" Nino Vieira. Já o secretário executivo da CEDEAO considerou a morte deste um assassinio da democracia

Jean Ping
pres. da Comissão da União Africana

«Aparentemente, tudo isto foi organizado pelo Exército. Foi um golpe de Estado. É dramático constatar que em tão pouco tempo registamos um terceiro golpe de Estado na África Ocidental»

Durão Barroso
presidente da Comissão Europeia

«Foi com uma profunda tristeza que tomei conhecimento da notícia do assassinio do presidente Nino Vieira, por quem tinha uma grande estima pessoal, enquanto patriota e figura histórica da luta pela Independência»



Mohamed Iba Chambas
sec. executivo da CEDEAO

«É a democracia que estão a assassinar. Queremos consolidar a democracia, a paz e a segurança nesta região. Por isso, a morte de um presidente, de um chefe de Estado-Maior, é uma notícia muito grave»

Mário Soares
ex-presidente português

«Ele [Nino] era um homem violento, em si próprio, e morreu na violência (...). Era um homem muito habilidoso na área militar»



Os dois últimos cúmplices do regime

Assassinados dois homens mais poderosos do país

O país perdeu os dois homens mais poderosos, o presidente Nino Vieira e o chefe das Forças Armadas, Tagmé Na Waié, ambos vítimas de ataques separados, durante a noite. O general morreu num atentado à bomba contra o próprio Estado-Maior, ainda domingo às 19.45 horas do dia 1 de Março, acção que fez um único morto e vários feridos e que destruiu parcialmente o edifício. Horas depois, forças leais a Tagmé atacaram a casa do presidente na sua residência privada às 4:00 horas do dia 1 e 3 Março.

A explosão que matou Tagmé ocorreu quando o chefe do Estado-Maior subia as escadas que levavam ao seu gabinete. Nino foi morto a tiro, em sua casa depois golpeado. A mulher, Isabel Vieira, ficou ileso e se encontra refugiada na embaixada de Angola. Logo a seguir do bárbaro duplo assassinato, um comité militar formado assegurou que não se tratava de um golpe de Estado. O porta-voz deste comité, capitão de fragata Zamora Induta (porta-voz da ex-junta militar), explicou que os militares garantiam a ordem constitucional e continuavam submetidos ao poder civil. De acordo com as emissoras internacionais Zamora admitiu na altura que os homens que mataram Nino eram próximos de Tagmé, mais tarde desmentiu a tal notícia. A rivalidade entre o general e o presidente era muito antiga. Tagmé chegou a afirmar que os dois homens "estavam unidos para tudo, para a vida e para a morte". Estes protagonistas estiveram no centro de uma série de perturbações político-militares que nos últimos dez anos decapitaram os dois anteriores chefes do exército. O duplo assassinato surgiu num clima de forte instabilidade e num cenário de crescente domínio do narcotráfico. A comunidade internacional e interna reagiram de imediato, condenando a violência. As interpretações sobre os dois atentados, sublinhavam sobretudo a hipótese do "ajuste de contas", embora haja quem não exclua a possibilidade destas acções envolverem interesses do narcotráfico. Nos últimos meses, a rivalidade atingiu níveis voláteis. Um grupo de militares atacou a residência

do presidente em 23 de Novembro do ano passado. Nino acusou o chefe de Estado-Maior de intervir tardiamente.

Em Janeiro, o general Tagmé acusou por seu turno os apoiantes de Nino de o tentarem matar, após incidente que envolveu os chamados "agentes", antigos soldados da facção ninista. O incidente envolveu o disparo de um tiro na direcção do general, quando este supostamente passava frente à do gabinete da presidência. Os agentes remontam à guerra civil de 1998-99, em que Tagmé e Nino estiveram em lados opostos. No dia seguinte do incidente, Tagma mandou desarmar os agentes.

A tensão era latente entre os dois homens mais poderosos do país e era esperado a qualquer momento o desfecho final, mas os acontecimentos contínuos do dia 1 e 2 de Março surpreendeu tudo e todos.

O engenho de grande potência supostamente telecomandado destruiu por completo a ala lateral esquerda do imponente edifício principal do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, onde o General Tagme tinha o seu gabinete de trabalho.

Este atentado pelas suas características e dimensão não configura nas habituais ferramentas das nossas Forças Armadas, tudo aponta uma mão sofisticada de exterior, suspeita-se do sub-mundo dos narcotraficantes que nos últimos tempos tiveram grandes prejuízos no país, a perca da droga transportada pelo jacto até ao aeroporto internacional de Bissau e a retenção do próprio jacto.

É provável que o desentendimento interno dos facilitadores guineenses entre os quais civis e militares e desvio da droga para parte incerta em conexão com o cartel ligado com a família do malogrado Lassana Conté na Guiné-Conacri.

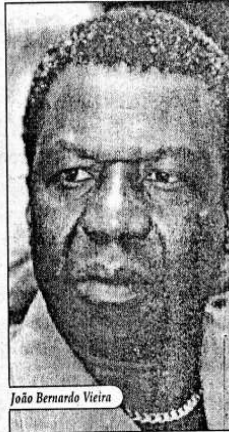
Tudo apontava que o General Tagme estaria a ser uma força de bloqueio aos narcotraficantes.

Recordamos a recambolosa tentativa de golpe de Estado supostamente dirigida pelo ex-Chefe de Estado Maior da Armada, Contra-Almirante, José Américo Bubo Na Tchuto que fugiu para a República vizinha da Gâmbia onde pediu asilo político e foi aceito.

Bubo, homem fortemente suspeito de estar ligado ao tráfico de droga, manifestou por diversas vezes a vontade de regressar ao país e enfrentar a justiça se for preciso, mas esta pretensão do regresso enfrentava forte resistência de Tagme.

Portanto em nosso entender, de momento os factores que ditaram a dramática tragédia que abateu sobre o país pode não ter como leitmotive a briga directa entre o Nino e o Tagme, mas a remoção de Tagme à frente da chefia do exército provavelmente para abrir caminho ao livre trânsito dos traficantes na Guiné-Bissau, ou ajuste de contas, porque no passado o Tagme teria sido acusado de estar envolvido no mundo da droga bem como Nino Vieira.

Ultimamente, a pressão sobre o Tagme era visível e ele andava ultimamente fortemente amado e escutado.



João Bernardo Vieira



Batista Tagme Na Waié

Recentemente, o malogrado Presidente João Bernardo Vieira renuiu-se com as chefias militares e o tema forte na discussão era o regresso de Bubo, os militares levantaram a suspeita de ser Nino Vieira o mentor do regresso de Bubo, na altura o malogrado Presidente recusou firmemente de não estar envolvido na tentativa ao regresso de Bubo. Estranhamente, na mesma madrugada do bárbaro assassinato de Nino Vieira os militares libertaram os jovens que no dia 23 de Novembro atacaram a residência particular do falecido Presidente da República. Portanto, provisoriamente podemos concluir que provavelmente, Nino Vieira não estaria envolvido no assassinato de Tagme Na Waié, porque se assim fosse a sua longa expe-

riência em situações semelhantes levaria a precaver-se melhor de uma suposta represália.

Estamos convencidos que os autores morais do sofisticado e brutal atentado contra o falecido CEMGFA foi um erro de cálculo, não esperando a violenta reacção dos homens alectos a Tagma.

Tanto Nino como Tagme, apesar da difícil relação por razões óbvias, ambos tentavam manter o equilíbrio da estabilidade e o Tagme repetia diversas vezes que golpes de Estado nunca mais aconteceriam na Guiné-Bissau.

Mas, infelizmente falhou.



Tanto Nino como Tagma, apesar da difícil relação, por razões óbvias, ambos tentavam manter o difícil equilíbrio da estabilidade

período de transição e assegurar a vitória do seu candidato nas próximas eleições presidenciais, onde talvez ele mesmo seja um dos candidatos. Coloca-se neste ponto a questão de equidade na preparação e realização de eleições presidenciais. É imperativo a rápida demissão do actual Governo, a constituição de uma Comissão Internacional de Inquérito sob a égide da CEDEAO ou da União Africana, e só depois destas iniciativas é que nós podemos falar de um Pacto de Estabilidade ou de atribuições especiais para o Presidente Interino, cujas decisões nesse quadro deverão ser submetidas à rectificação de um Conselho de Estado alargado. E idóneo.

DB- Sendo assim, acha que a Constituição está a ser repostas?

AAS- Não e não. A Constituição é sempre posta em causa no nosso país, mas só depois de o mal estar feito. Nós fazemos a nossa Constituição mas reagimo-la de seguida. O que é que a Constituição nos interessa, agora que se matou o Presidente da República e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas? Há pisar a Constituição pior do que isto? Claro que não há. É preciso que apuremos quem são os culpados destas duas mortes, mas também há que saber como morreram Ansumane Mané, Veríssimo Seabra, Domingos Barros entre outros. São oficiais superiores que já morreram há algum tempo e até hoje houve já não sei quantas Comissões de Inquérito sem que nos tenha sido apresentado qualquer resultado. Estamos no mesmo caminho, mas não pode ser. Temos que deixar de ser 'parvinhos'.

DB- Se um dia for governante o que faria para que a Guiné-Bissau entre no rumo certo?

AAS- Olhe, eu não sei se vou um dia mandar neste país. A começar pelos complexos - mas isso é outra história. Mas, se um dia mandar neste país - a minha ambição não é tanto política mas sim humanista - as coisas mudarão. A Guiné-Bissau não precisa de golpistas mas de gente que trabalhe muito, e saiba trabalhar bem. Tenho lutado há vários anos e de todas as maneiras, mas sem armas. Não é que eu não saiba disparar uma arma, até porque também fui militar neste país. Mas a arma que prefiro é a caneta. Contudo, convém ter a espada à mão não vá a caneta falhar. E é bom lembrar que nós estamos na Guiné-Bissau. Eu, se mandasse, faria com toda a certeza alguma coisa de útil. Por exemplo? Não roubar o Estado já seria bem bom. Conheço pessoas que passaram pelo Estado e hoje têm grandes casas e tudo isso. Como o conseguiram? Não sei como o conseguiram, mas de certeza que não foi trabalhando... Eu não tenho essa visão de mandar. Quando se manda a pensar na sua pessoa, acaba-se sempre de uma maneira trágica e isso aconteceu neste país estes anos todos. Eu acho que nós devíamos, primeiro, respeitar-nos, para que os estrangeiros nos respeitem a seguir.

O estrangeiro não nos respeita, é isso?

É isso mesmo, mas alguns estrangeiros. Há estrangeiros que passam por este país e nem deixam marcas como um gato. Outros são lúcia, metias isso. Tudo o que é estrangeiro

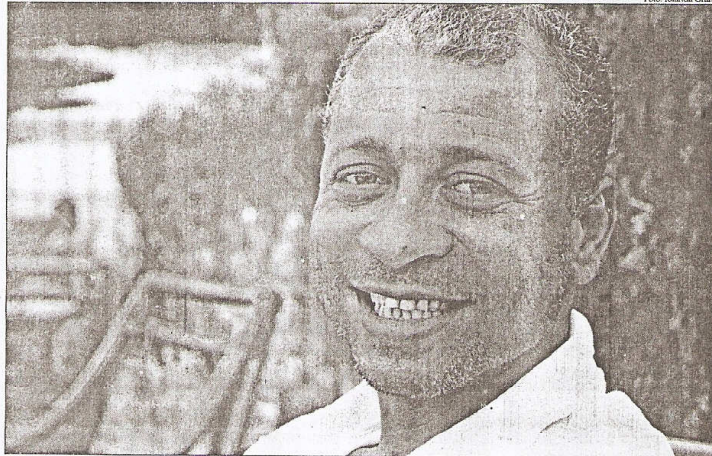


Foto: Iolanda Graça

vem para esta país fazer o que lhe dor na real gana. As vezes até é protegido, o que é perigoso e pode resultar em mais disparates e acontecimentos terríveis. Veja o exemplo de algum corpo diplomático - têm atitudes que deixam a desejar. Podem ser até um simples funcionário de uma Representação Diplomática mas fazem o que querem neste país e isso repugna-me. Ou somos um Estado crescido, ou atreiros a toalha ao chão. Hoje, devíamos apostar nas relações Sul/Sul, e na base da reciprocidade. Eu não precisaria do dinheiro de outros países para governar a Guiné-Bissau. Nunca! Apostaria mais nessa cooperação Sul/Sul, com os meus amigos aqui da Região e, digo-lhe com franqueza, leríamos melhores resultados e não seríamos tão humilhados. Esta cooperação, da maneira que está, não me interessa para nada! Mas interessa a certas pessoas porque de um dia para o outro, açambarcam os carros, os móveis, tudo.

Temos que criar um Movimento Cívico e estou disposto a encabeçá-lo. Há que meter muita gente na ordem - é o que falta neste país. A lei, ninguém a respeita e vivemos numa quase anarquia, numa bestialidade e qualquer dia Bissau será um matadouro a céu aberto... Mas não vamos deixar que nos continuem a matar todos os dias. Eu, enquanto cidadão deste país, estou disposto a encabeçar um Movimento Cívico sério e forte e se for preciso parar a Guiné-Bissau um mês, dois meses, paramo-la um ano! Este país tem que tomar um rumo, e já. Não podemos permitir que sejam os militares a mandar, porque aqui ninguém vota na tropa. Nós votamos nos políticos para que a tropa os obedecam. Se os políticos não conseguem aguentar os militares, bom isso é outro assunto que pode ser resolvido, por ex., com a demissão do Governo. Pergunto, a propósito: quem é que criou o Comité de Gestão da Crise nas Forças Armadas? Foram os próprios militares ou

foram os políticos? Não é possível, e é perigoso, porque abre um precedente. Ou temos umas forças armadas republicanas, que devem respeito ao poder político, ou não precisamos das forças armadas assim como estão. As forças armadas deram-nos a independência? Claro, mas não têm o direito de nos destruir a seguir.

DB- Já está a pensar na criação do referido Movimento Cívico?

AAS- Sim, estou a pensar na criação do tal Movimento Cívico e estou a falar com várias pessoas e nesta entrevista fica já o convite a quem quiser aderir. Podem contactar-me para o e-mail: antaly@netmail.com. Acreditem que a Guiné-Bissau pode andar sem precisar de muletas da Comunidade Internacional. Para abrir um buraco é preciso financiamento, para tapá-lo, também? Isso é o que mais faltava!

Por: Ângelo da Costa

E o amanhã, como será?

Os dois primeiros dias de Março foram-nos madrastras. Talvez não devamos, de agora em diante, esperar uma só batalha, mas uma campanha prolongada que pode ser terrível. Temos atravessado momentos muito difíceis, incorremos em erros desnecessários. E se um dia surgir aqui uma guerra, não é que ela nos tenha sido imposta. Não será certamente por nos terem posto numa situação em que nos rendamos ou entramos na guerra; então, haverá guerra porque nós mesmos nos impusemos a guerra. Hoje, muitos pensam em como será o amanhã. Alguns creem apenas que nós somos o que somos. Mas só nós sabemos o que somos, só nós podemos julgar-nos e podem crer que assim é. Só assim pode ser. Devemos vigiar-nos muito a nós próprios.

Aqui, travamos uma luta contra os infinitos. Vejo algo de

frequente: a influência, o poder. E vejo os homens. Os homens quando têm um pouco de poder envaidecem-se e querem-no usar à vista de todos. Porque sei isso, tenho de lutar. E sei também que enquanto os anos passam, é possível, é possível não ter menos entusiasmo mas até mais; é possível não ter menos energia, até mais - e essa energia nasce, precisamente, da convicção.

George Orwell escreveu, em tempos: "Não está em questão se a guerra é ou não real. A vitória não é possível. A guerra não existe para ser vencida, existe para ser contínua. E o seu objectivo é manter intacta a própria estrutura da sociedade."

Hoje, devíamos lamentar simplesmente que falhamos. E que o mal que fizemos e fazemos foi a nós mesmos. Mas não. Parecemos cegos numa sala cheia de surdos. Quanto, a mim: Gosto dos factos, não me interessa a glória.

António Aly Silva, Jornalista

8 | Golpe de Estado

● Crise político/militar

"Assassinatos de 'Nino' Vieira e Tagmé Na Wae ultrapassam de longe o de Amílcar Cabral"

O jornalista António Aly Silva, acompanhou de perto e em directo, através do seu blogue

www.ditaduradococonsenso.blogspot.com, a

fatídica madrugada do dia 2 de Março. Tudo começou com o assalto à residência do Chefe de Estado, 'Nino' Vieira, e tudo acabou com o seu assassinato.

Porém, Aly deixa uma dívida: "Será que acabou mesmo, ou ainda nem sequer começou?"

Em entrevista concedida ao Diário Bissau, António Aly Silva afirma que os recentes acontecimentos ocorridos no país e que culminaram nos assassinatos do Presidente da República 'Nino' Vieira e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Tagmé Na Wae, ultrapassam de longe o assassinato de Amílcar Cabral. "Amílcar Cabral foi

assassinado numa circunstância de guerra mas agora nós não estamos em guerra". Diz igualmente que deve ser criada uma Comissão Internacional de Inquérito para se apurar as responsabilidades destes dois assassinatos. Aly Silva afirma que "cada dia que passa, descortina-se um pouco mais sobre estes cobardes assassinatos". E contesta a nomeação do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Zamora Induta.

DB- Que leitura faz dos últimos acontecimentos no nosso país.
AAS- Bom, a minha leitura talvez seja a pergunta que qualquer guineense, neste contexto, faria: E agora? E depois? A bestialidade que nos atingiu nos primeiros dias do mês de Março ultrapassam até o assassinato de Amílcar Cabral porque Cabral foi morto nas circunstâncias que sabemos: da Guerra. Mas nós agora não estamos em guerra. Portanto o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e o Presidente da República não deviam ser mortos da maneira que foram, e agora é preciso procurar a verdade, que passa, necessariamente, por constituir uma Comissão Internacional de Inquérito para que não restem dúvidas.

DB- Tem dúvidas sobre quem são os autores dos dois assassinatos?

AAS- Não, não tenho dúvidas mas também não tenho certezas. Mas estamos a ver a todos dias que passam os resultados de quem poderão ser - não digo autores materiais - mas ao menos morais. Vimos agora, por exemplo, a descarada nomeação do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e do seu adjunto, quando não podia ser assim. O adjunto do falecido Tagmé Na Wae devia assumir interinamente as funções do CEMGFA e, só depois, com um Presidente da República eleito, poder-se-ia falar na nomeação de um novo. Mas não aconteceu assim, e Carlos Gomes Júnior, Primeiro-Ministro, saberá explicar-nos, e à ANP, como é que fez isto e o próprio Presidente da República Interino, Raimundo Pereira, que é Jurista, defenderá, a meu ver, a Constituição. Tem por obrigação fazê-lo. Não lhe perdoaremos uma falha que seja neste momento crítico da vida do nosso descontrolado país.

DB- O que tem a dizer sobre as recentes nomeações do Presidente da República Interino e do Presidente da ANP?

AAS- Bom, aqui temos duas coisas. Eu, na minha maneira de ver, Carlos Gomes Júnior está a forçar um golpe no parlamento, porque não se pode fazer do Vice-Presidente da Assembleia Nacional seu Presidente. Este devia, a meu ver, ser eleito. Ele não pode assumir automaticamente o posto. Por outro lado, o Presidente da República Interino, na nossa Constituição - que nós pisamos todos os



dias - está vedado de promulgar alguns diplomas, entre eles a nomeação e demissão do Governo e do CEMGFA, entre outros. Isto significa que a apresentação do Programa do Governo e o Orçamento Geral de Estado é contraproducente na medida em que esses instrumentos, após a sua eventual aprovação, não terão nenhuma autoridade jurídica e o

Presidente Interino sabe-o bem. Ou seja, o seu fim útil será nulo em relação a esta legislação. Você promulga um Decreto hoje, o Presidente que será eleito daqui a dois, três meses ou cinco anos, pode dizer «não, não promulguei isto e aquilo». São erros desnecessários. O Carlos Gomes Júnior e o seu Governo estão a fazer este jogo para ter na mão e manipular o

período de transição e assegure seu candidato nas próximas presidenciais, onde talvez ele dos candidatos. Coloca-se questão de equidade na realização de eleições por imperativo a rápida demissão do Governo, a constituição de uma Comissão Internacional de Inquérito e a CEDEAO ou da União Africana destas iniciativas é que nós por um Pacto de Estabilidade ou especiais para o Presidente decisões nesse quadro deverão à rectificação de um Conselho alargado. E idóneo.

DB- Sendo assim, acha que está a ser reposta?

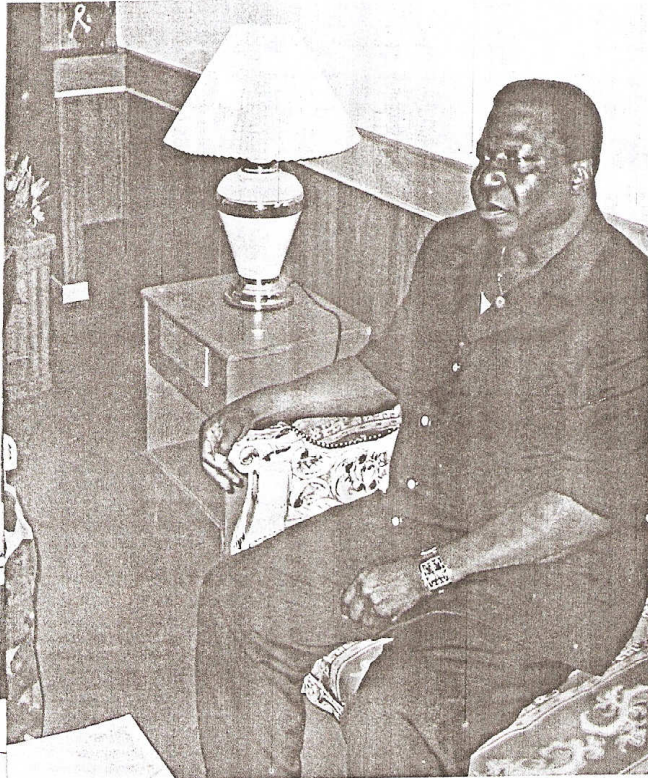
AAS- Não é não. A Constituição posta em causa no nosso país, de o mal estar feito. Nós fazemos a Constituição mas rasgamo-la que é que a Constituição não se matou o Presidente e o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas? Há pisar a Constituição isto? Claro que não há. É apuremos quem são os culpados das mortes, mas também há que morreram Ansumane Mané, Ve Domingos Barros entre outros superiores que já morreram há. até hoje houve já não sei quantos de Inquérito sem que nos apresentado qualquer resultado mesmo caminho, mas não pode deixar de ser 'parvinhos'.

DB- Se um dia for governar para que a Guiné-Bissau era certo?

AAS- Olhe, eu não sei se vou ou neste país. A começar pelos corações é outra história. Mas, se eu neste país - a minha ambição política mas sim humanista mudariam. A Guiné-Bissau não golpistas mas de gente que trabalhasse bem. Tenho lutado anos e de todas as maneiras, mas não é que eu não saiba disparar porque também fui militar nestas armas que prefiro é a caneta. Com a espada à mão não vá a caneta bom lembrar que nós estamos em Bissau. Eu, se mandasse, faria alguma coisa de útil. Não roubar o Estado já seria. Conheço pessoas que passaram hoje têm grandes casas e tudo conseguiram? Não sei como mas de certeza que não foi trabalho não tenho essa visão de mandar mandar a pensar na sua presença sempre de uma maneira trágica aconteceu neste país estes anos há que nós devíamos, primeiro, para que os estrangeiros nos seguissem.

O estrangeiro não nos respeita, é isso mesmo, mas alguns estrangeiros que passam por estalagem, como um gato tudo, menos isso. Tudo o que

Tagmé dizia-se unido ao velho inimigo Nino "para a vida e para a morte"



Portugal oferece-se para receber a viúva de Nino

CPLP. Delegação presidida por governante português deverá chegar hoje a Bissau

Portugal aceitará um eventual pedido de acolhimento da viúva do presidente da Guiné-Bissau, disse ontem à agência Lusa a porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). "Se nos for feito o pedido, não será recusado", disse Paula Mascarenhas. A porta-voz disse ainda não ter dados para confirmar a informação segundo a qual Isabel Vieira se teria refugiado na embaixada de Angola da na capital guineense.

O primeiro-ministro, José Sócrates, lamentou "profundamente" o assassinio do presidente Nino Vieira e disse que "o Governo português está firmemente disponível para ajudar as autoridades políticas e militares" guineenses a manter a ordem e a "repor a ordem constitucional". Numa declaração sem direito a perguntas, na residência oficial de São Bento, José Sócrates disse que o Governo estava a acompanhar o evoluir da situação "minuto a minuto". A comunidade portuguesa na Guiné-Bissau deixou "uma palavra de confiança e de serenidade".

Ontem à tarde, com a presidência do secretário de Estado português das Cooperação (CPLP), João Gomes Cravinho, reuniu em Lisboa a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Ao fim da tarde seguiu para Bissau uma delegação da CPLP composta por Gomes Cravinho, pelo secretário executivo da organização (o

guineense Domingos Pereira. De caminho, passará em Cabo Verde, onde embarcará o MNE daquele país, José Brito. Está previsto que a delegação chegue hoje a Bissau.

Cavaco Silva disse ter enviado ao presidente da Assembleia Nacional Popular guineense, Raimundo Pereira, uma mensagem repudiando "veementemente" os atentados que vitimaram Nino Vieira e o chefe das Forças Armadas guineenses, general Tagmé Na Waié, bem como "todos os

Tudo faremos para ajudar as autoridades da Guiné a manter a ordem e a poder repor a ordem



José Sócrates
primeiro-ministro

actos que visem alterar, pela força e violência, a ordem constitucional e o normal funcionamento das instituições democraticamente eleitas".

Mário Soares comentou o assassinato dizendo à Lusa que Nino "era um homem violento, em si próprio, e morreu na violência". O ex-Presidente também afirmou que "tudo aquilo está relacionado com a droga". E elogiou a resposta rápida da presidência portuguesa da CPLP. ■ JPH.com Lusa

"É um dia sem negócio, é como se fosse feriado"

"O que aconteceu desta vez foi muito grave, mas a Guiné-Bissau já está habituada a isto." As palavras de Horácio Duarte, de 62 anos, mostram bem que tiroteios, explosões, mortes, golpes, já não são propriamente uma novidade para os portugueses que vivem nesta ex-colónia. "Ninguém está a pensar ou a falar em sair daqui. Estamos no restaurante a almoçar", contou ontem ao DN, por telefone, a partir de Bissau, este empresário com negócios na área das águas.

Horácio, que vive ali há 17 anos, tem um funcionário com um camião carregado de águas retido a 55 quilómetros da capital, desde domingo à noite, "porque os militares controlam a estrada para o aeroporto e não deixam passar". Mas mesmo assim não vê crise. "É um dia sem negócio, é como se fosse feriado."

A mesma tranquilidade expressou o proprietário de um restaurante em Bissau, que apesar de ter ouvido os tiros e explosões bem perto, considera que agora a situação está melhor. "No início fiquei em pânico porque a minha casa fica perto da do presidente e até estremeceu com as explosões dos RPG. Eu tinha lá os meus filhos. E

as crianças, as mais novas, ficam assustadas. Não sabem se é a polícia ou se é outra coisa", contou ao DN a coberto do anonimato.

No relato que fez por telefone, este português, na Guiné-Bissau há 14 anos, disse que "as pessoas estão em casa e as lojas fechadas. O movimento que há é típico de um domingo. A estrada para o aeroporto tem o acesso vedado e as únicas rádios a funcionar são a RDP África e a Radio France International".

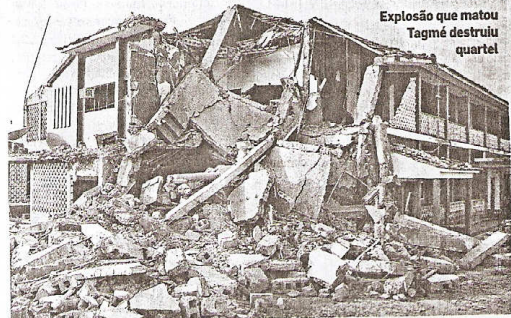
Também o capitão Vasco Silva, que entre 1970 e 1972 esteve na Guiné-Bissau a combater, já passou por esta turbulência várias vezes desde que regressou ao país, em 1994, para montar negócios em áreas tão variadas como a do caju ou da transformação de alumínio. "O ambiente está calmo. Eu próprio ando na rua. Os militares dizem respeitar a ordem constitucional. Aquilo foi apenas um grupo", disse ao DN, este português de 60 anos. Na Guiné vivem 2500 portugueses, 2000 dos quais com dupla nacionalidade, confirmou ao DN fonte da secretaria de Estado das Comunidades. ■ PATRICIA VIEGAS

O que aconteceu desta vez foi muito grave, mas a Guiné-Bissau já está habituada a isto

Horácio Duarte
Empresário na área das águas

A minha casa fica perto da do presidente e até estremeceu com as explosões de RPG

Anónimo
Proprietário de restaurante



Explosão que matou Tagmé destruiu quartel



Populares reuniram-se junto à casa de Nino em Bissau

GUINÉ-BISSAU

Presidente é morto em atentado

Ataque contra João Bernardo Vieira foi registrado após o assassinato do chefe das Forças Armadas

O presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, foi assassinado ontem por militares em sua residência em Bissau, capital do país. O crime antecedeu algumas horas depois da morte do chefe do Estado-Maior do Exército e chefe do governo de Vieira, general Baltazé Tagme Na Wai. O militar foi morto em um ataque na noite de domingo que destruiu parte do quartel-general das Forças Armadas.

Vieira é um ex-militar que governou o país até ser deposto em uma guerra civil na década de 1990, retornando ao poder em uma eleição em 2005. O presidente, que vinha entrando em choque com o general Na Wai, foi assassinado quando tentava sair de sua casa, cercada por soldados do Exército.

Após o assassinato, as Forças Armadas disseram em comunicado que não se tratava de um golpe de Estado e que a ordem constitucional será respeitada. O voto garante que o Parlamento tomara o controle do país, como estipulado no caso da morte do presidente. Segundo os milita-



Vieira governou o país nos anos 1990 e voltou ao poder em 2005

res, o assassinato de Vieira é atribuído a um grupo "isolado" de soldados não-identificados e perseguido pelo Exército.

Uma fonte de segurança disse que militares da etnia balante, a mesma de Tagme Na Wai,

lideraram o ataque a Vieira e saquearam sua casa. "Tagme sempre disse que seu destino e o do presidente estavam ligados. E que, se ele morresse, o presidente também morreria", disse a fonte.

Tiroteios e explosões resso-

aram na cidade de Bissau nas primeiras horas desta segunda-feira. A maior parte dos moradores ficou em casa, e não estava claro quem controlaria o país.

O atentado que causou a morte do general Na Wai no domingo foi realizado com uma bomba colocada na sede do Estado-Maior do Exército. Depois disso, altos comandos militares ordenaram que as emissoras de rádio privadas da capital interrompessem suas transmissões e a televisão pública também ficou fora do ar.

O general fez parte de um grupo golpista que derrubou o governo de Vieira na década de 1990. Após um tempo exilado, o presidente foi eleito para o cargo novamente em 2005. Desde então, Na Wai se mostrou bastante crítico em relação a Vieira. Ele denunciou em janeiro um atentado frustrado do qual responsabilizou membros da guarda, que abriram fogo durante a passagem de seu veículo diante do palácio presidencial. Em 23 de novembro de 2008 um grupo de militares atacou a residência do presidente Vieira, deixando dois mortos.

ISRAEL

Kadima recusa nova proposta para acordo

IRÃ

Governo acha difícil fabricar bomba sob vigia da AIEA

Presidente de Guiné-Bissau é assassinado por militares

Crise seria uma retaliação a atentado que matou o chefe das Forças Armadas

Bissau — O presidente de Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, foi morto ontem por soldados, um dia depois de o chefe do Estado-geral da Guiné, general Di-

ogo Tagré na Waie, ter cometido um ato atentado à bomba. Segundo a morte dos dois líderes de etnia rima negra e líder de um golpe de Estado no país, o Exército afirmou que realizou golpe de derrubada do governo-geral em andamento.

Apesar de todos os pressos em cartazes, a porta-voz dos militares, capitão-de-fragata José Zenteno Induta, declarou que a morte de Vieira não tem relação com a de Waie. "Não acreditamos que as pessoas o interpretem como um golpe de Estado, não é um golpe de Estado, repito", insistiu. O chefe de Estado de acordo com Induta, morreu nos mãos de "um grupo de pessoas que não conhecemos e que ainda estão sendo procuradas".

Vieira, de 60 anos, um ex-comandante militar, vinha tendo problemas com Na Waie, que denunciou em janeiro um atre-

to semelhante, desde que chegou a vice-presidência de Portugal, em 1974, sob o comando de vários golpes de Estado. O país, de 1,5 milhão de habitantes, tem um exército da área do tráfico de drogas da América do Sul para a Europa. Além disso, o governo e chefes militares foram acusados de participar de tráfico.

O primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior, que tinha anteriormente obtido a criação de um comité de crise para substituir a morte do general Na Waie, ainda não se pronunciou após a morte de Vieira. A União Africana (UA) e a União Europeia (UE) condenaram a morte do jovem líder. Portugal pediu uma reunião de emergência da CPLP, organização que reúne oito países de língua portuguesa, entre eles o Brasil.



João Bernardo Vieira e sua esposa, Isabel, em foto de 2008.



General Tagré na Waie foi vítima de atentado.

Magnífico na África



- **Nome oficial**
República da Guiné-Bissau
- **Área**
36.125 km²
- **População**
1.923.000
- **Capital**
Bissau
- **Independência de Portugal**
em 1973
- **Memoria de Estado**
República parlamentare
- **Moeda**
Francos CFA
- **PIB**
126.442 milhões (estimativa de 2008)
- **Site do país**
www.guineebissau.gp

Brasileiros são alertados a ficarem em casa

Bissau — O embaixador do Brasil em Guiné-Bissau, Jorge Leal de Sá, pediu ontem aos brasileiros que fiquem em casa por um período de sete dias devido ao risco de surtos de febre tifóide na capital, Bissau. Segundo ele, a maioria da população presenciará em casa. Mas não há relatos de casos de febre tifóide, de acordo com o embaixador.

Hamaraty expressa 'profunda consternação'

Bissau — O governo brasileiro divulgou ontem uma nota em que expressa "profunda consternação" com a morte do presidente de Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira. "As condições de saúde de Hamaraty" manifestou uma nota feita rapidamente a cerca das condições. "Embora a nota, a situação do Brasil para a ONU foi reavaliada."



Mundo promete US\$

Warm II Shook — Estados Unidos prometem a governos de países pobres garantir um acesso a crédito de 4,40 bilhões de dólares para a implementação da Fome de Zero. O anúncio foi feito pelo ministro das Relações Exteriores de Egipto, Ahmed Nabil Ghali, que falou ontem de um 5,2 bilhões de dólares, o que significa um compromisso a respeito do valor de outros países.

Segundo ele, a reunião de alto nível ocorreu no Palácio de Sharm El-Sheikh.

CIA destrói 92 vídeos de 'afogamentos'

Washington — A CIA destruiu 92 gravações em vídeo de interrogatórios subversivos. A destruição foi feita apenas pelo presidente do governo americano, Les Meehan, em uma decisão ao juiz John M. Gertson, encarregado do caso. Esse número é bem mais elevado do que o admitido pelo agente americano de inteligência em apreço. As filmagens mostram os membros de Al Qaeda, organizados durante o governo de George W. Bush, sendo submetidos a técnicas de tortura consideradas como "subversivas", que consistem em uma simulação de afogamento.

Nevada fecha escolas e aeroporto

Washington — O alto nível de segurança no estado de Nevada, devido ao atentado de ontem, fez com que o governador, Brian Sandoz, fechasse as escolas e o aeroporto de Reno.



Mundo >

www.folha.uol.com.br

"O presidente e o general Tagné têm o respeito e o carinho de grande parcela da população"

Erge Gervásio Katté, embaixador do Brasil na Guiné-Bissau

Guiné-Bissau João Bernardo Vieira foi morto em atentado cometido por soldados

Assassinato de presidente deixa África em alerta

Brasil



Uma foto de João Bernardo Vieira, presidente da Guiné-Bissau, morto em um atentado cometido por soldados em 23 de maio de 2012.

O assassinato do presidente da Guiné-Bissau - país africano de língua portuguesa e ex-colônia de Portugal, como a Brasil - em um atentado cometido por soldados na madrugada de ontem deixou o continente em alerta.

O Brasil tem a honra de ser o primeiro país a reconhecer o assassinato do presidente da Guiné-Bissau.

Em 23 de maio, João Bernardo Vieira, presidente da Guiné-Bissau, foi morto em um atentado cometido por soldados em sua residência em Bissau. O atentado ocorreu durante uma reunião com membros do governo e militares. O presidente foi atingido por tiros de fuzilamento e morreu instantaneamente. O atentado ocorreu durante uma reunião com membros do governo e militares. O presidente foi atingido por tiros de fuzilamento e morreu instantaneamente.

Em 23 de maio, João Bernardo Vieira, presidente da Guiné-Bissau, foi morto em um atentado cometido por soldados em sua residência em Bissau. O atentado ocorreu durante uma reunião com membros do governo e militares. O presidente foi atingido por tiros de fuzilamento e morreu instantaneamente.



Erge Gervásio Katté, embaixador do Brasil na Guiné-Bissau

Orienta Médio

Gaza ganhará US\$ 5,2 bi, mas Hamas é vetado

Israel

Recebido em uma reunião realizada no Palácio de Israel em Jerusalém, o plano de pagamento de mais de 50 países - incluindo o Brasil - para ajudar a reconstruir Gaza após o terremoto de 2004. O plano prevê um total de US\$ 5,2 bilhões para a reconstrução da faixa de Gaza.

Entre 27 de dezembro e 14 de janeiro, uma comissão mista de Israel e Gaza decidiu sobre o plano de US\$ 5,2 bilhões para a reconstrução da faixa de Gaza.

O plano prevê um total de US\$ 5,2 bilhões para a reconstrução da faixa de Gaza.

ÁFRICA, CAMPEA EM ASSASSINATOS DE CHEFES DE ESTADO

Países onde houve mortes nos últimos 50 anos



Mazelas do continente africano

Senegal - O presidente Abdou Diouf foi assassinado em 2000 por um grupo de militares. O atentado ocorreu durante uma reunião com membros do governo e militares. O presidente foi atingido por tiros de fuzilamento e morreu instantaneamente.

Nigéria - O presidente Ibrahim Babangida foi assassinado em 1993 por um grupo de militares. O atentado ocorreu durante uma reunião com membros do governo e militares. O presidente foi atingido por tiros de fuzilamento e morreu instantaneamente.

Mali - O presidente Amadou Toure Touré foi assassinado em 2012 por um grupo de militares. O atentado ocorreu durante uma reunião com membros do governo e militares. O presidente foi atingido por tiros de fuzilamento e morreu instantaneamente.

Chad - O presidente Félix Malloum foi assassinado em 1990 por um grupo de militares. O atentado ocorreu durante uma reunião com membros do governo e militares. O presidente foi atingido por tiros de fuzilamento e morreu instantaneamente.

Guiné-Bissau - O presidente João Bernardo Vieira foi assassinado em 2012 por soldados. O atentado ocorreu durante uma reunião com membros do governo e militares. O presidente foi atingido por tiros de fuzilamento e morreu instantaneamente.

Ruanda e Burúndi - O presidente Juvenal Habyarimana do Ruanda e o presidente Cyprien Ntaryamira do Burúndi foram assassinados em 1994 por um grupo de militares. O atentado ocorreu durante uma reunião com membros do governo e militares. O presidente foi atingido por tiros de fuzilamento e morreu instantaneamente.